

VOLMIR RABAIOLI

**PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

BOLSISTA - CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2014**

VOLMIR RABAIOLI

**PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Prof. Dr. Olivier François Vilpoux.

BOLSISTA CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

R112p Rabaioli, Volmir

Papel do capital social no desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina / Volmir Rabaioli; orientação Olivier François Vilpoux .—
2014.

95 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

1. Capital social – Santa Catarina 2. Planejamento regional – Santa Catarina 3. Desenvolvimento rural I. Vilpoux, Olivier François II. Título

CDD – 338.98164

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Papel do capital social no desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina

Área de Concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local, sistemas produtivos, inovação, governança.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 20/022015

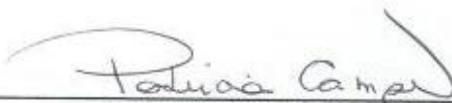
BANCA EXAMINADORA



Prof Dr Olivier François Vilpoux – Orientador
Universidade Católica Dom Bosco



Prof Dr Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Patricia Campeão
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico esse trabalho a todos os colonizadores da região oeste de Santa Catarina, em especial aos meus avós (alguns *in memoriam*) e familiares, pela coragem que tiveram na década de 1960 em abandonar as colônias italianas da serra gaúcha para construir suas vidas no oeste catarinense. Com seu trabalho e sabedoria, souberam criar e educar seus filhos, netos e bisnetos, em torno dos princípios religiosos e do espírito comunitário, preservando os costumes, a cultura e a língua italiana transmitida de geração em geração.

Agradeço a todos os professores que contribuíram na minha formação, desde os anos iniciais até esse momento.

RESUMO

O capital social emerge como um elemento importante nas análises do desenvolvimento local, levando em consideração as diversidades culturais e as especificidades próprias de cada território. A confiança interpessoal, a reciprocidade e o espírito comunitário das pessoas são aspectos fundamentais para a criação de capital social e a coesão da comunidade em torno de suas normas e regras de comportamento, que orientam as pessoas em relação às suas condutas morais. O objetivo da pesquisa é analisar o papel do Capital Social no desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina. A maioria das informações foi obtida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. No entanto, parte das informações foi conseguida por meio de pesquisa de campo, a partir de entrevistas com personalidades locais. A formação populacional com descendentes de italianos, alemães e alguns poloneses que migraram das antigas colônias da serra gaúcha, possibilitou a implantação de uma organização social idêntica àquela que estavam acostumados nas velhas colônias gaúchas ou dos países de origem. Com a ausência do Estado Brasileiro e o isolamento em meia à mata, a igreja teve ampla liberdade de atuar na formação das colônias e instituir um modelo de vida comunitária e convívio social que atendesse os seus interesses de acordo com a etnia das pessoas. Os colonizadores implantaram uma agricultura familiar baseada nas pequenas propriedades rurais e na diversidade das atividades produtivas que deram uma nova dinâmica econômica. Com a ajuda da igreja, instituíram diversas associações comunitárias que se estenderam para toda a região oeste catarinense, formando um denso tecido social estruturado em redes. Criaram cooperativas agropecuárias e de crédito com o objetivo de viabilizar a produção e a comercialização dos produtos agropecuários. O cooperativismo é a base do desenvolvimento regional e está presente em todos os municípios do oeste catarinense. A preservação da cultura, da língua europeia e dos hábitos dos colonizadores por meio de festas e eventos socioculturais reforça o sentimento de pertencimento à região com identidade cultural. Esses elementos são fundamentais para a manutenção e fortalecimento do capital social que reflete nas atividades produtivas e no desenvolvimento da região oeste catarinense.

PALAVRAS-CHAVE: Confiança. Capital social. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The capital social emerges as an important element of the local developing review, taking into account the cultural diversities and its own territorial characteristics. The interpersonal reliance, reciprocity and communitarian enthusiasm of people are elemental aspects to the production of capital social and the community cohesion around its own norms and rules of behavior that guides people in relation of their moral conducts. The objective of the research is to analyze the role of capital social in the West of *Santa Catarina*'s development. The majority of the information was obtained by bibliographic and documental researches. However, part of the information was gotten through field research, by interviews with local inhabitants. The population is formed by Italians, Germans, and some Polish descendants that had migrated from the *Gaúcha* Sierra old colonies. They made possible the implementation of a social organization equal that one they were used to in the old colonies or in their country of origin. With the Brazilian State absented and isolation in the woods, church had a wide liberty to act in the formation of colonies and to institute a model of communitarian life and social acquaintanceship that attended its interests according to each ethnic group. The settlers had carried out a familiar agriculture based on small countrified properties and diversity of productive activities that caused a new economic dynamic. Helped by the church, they set up many communitarian associations that had expanded all over the West of *Santa Catarina*, forming a thick social fabric structured in networks. They also had created cattle raising cooperatives and credit unions heading to make production and available commercialization. Co-operativism is the base of the regional development and it is present in every county from the West of *Santa Catarina*. The presentation of culture, European language and settler's habits through celebrations and sociocultural events increases the feeling of belonging to that region with cultural identity. These elements are elemental for the substance and strengthening of joint stock that reflects in the productive activities and development of the West of *Santa Catarina*.

KEYWORDS: Confidence. Capital social. Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região do Contestado	34
Figura 2 - Primeiras colônias no extremo oeste catarinense	39
Figura 3 - Bacia do Rio Uruguai.....	52
Figura 4 - Placa do Consulado do Sport Club Internacional	54
Figura 5 - Centro da comunidade rural de Taipa Alta, município de Iporã do Oeste - SC	56
Figura 6 - Capelinha de madeira.....	69
Figura 7 - Placa na entrada da cidade de São João do Oeste - SC.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EFAPI	Exposição - Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó.
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAIC	Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Iporã do Oeste
FAISMO	Feira Agropecuária e Industrial de São Miguel do Oeste
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina.
FIESC	Federação das Indústrias de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JASC	Jogos Abertos de Santa Catarina
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
OCESC	Organização das Cooperativas de Santa Catarina
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivo geral e objetivos específicos	12
1.2 Justificativa	12
1.3 Estrutura do trabalho	14
2 REVISAO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1 Capital social	16
2.1.1 O que é o capital social	16
2.1.2 Exemplos de capital social no Brasil	20
2.1.3 Confiança	21
2.2 Território e desenvolvimento local	23
2.2.1 Desenvolvimento local.....	23
2.2.2 Território e rede entre os atores sociais.....	27
2.3 Capital social e desenvolvimento local	29
3 A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA	33
3.1 Histórico da região oeste de Santa Catarina	33
3.2 Primeiras colonizações no extremo Oeste Catarinense	36
3.3 As atividades econômicas	40
4 METODOLOGIA	43
4.1 Método de pesquisa	43
4.2 Obtenção de dados	45
4.3 Variáveis utilizadas na pesquisa	46
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
5.1 Papel do Estado na criação de capital social	48
5.1.1 Construção de práticas sociais e culturais	48
5.1.2 Fortalecimento do capital social comunitário, de ponte e institucional.....	51
5.1.3 Construção de normas comuns	57

5.1.4 Fortalecimento da cultura cívica e da confiança interpessoal	58
5.1.5 Incentivo na criação e participação em redes sociais	60
5.1.6 Síntese do papel do governo na criação de capital social na região Oeste de Santa Catarina.....	62
5.2 Papel da Igreja na criação de capital social	63
5.2.1 Construção de práticas sociais comuns.....	64
5.2.2 Fortalecimento do capital social comunitário, de ponte e institucional.....	65
5.2.3 Construção de normas comuns	67
5.2.4 Fortalecimento da cultura cívica e da confiança interpessoal	71
5.2.5 Incentivo na criação e participação em redes sociais	73
5.2.6 Síntese do papel da Igreja na criação de capital social na região oeste de Santa Catarina.....	76
5.3 Papel do capital social no desenvolvimento da região do Oeste de Santa Catarina	77
5.3.1 Mobilização coletiva na construção de estratégias de desenvolvimento.....	77
5.3.2 Coordenação das relações sociais e dos meios produtivos.....	78
5.3.3 Construção do território com identidade cultural e a preservação da cultura.....	80
5.3.4 Confiança interpessoal e cooperação.....	82
5.3.5 Associações e instituições locais com regulação própria	83
5.3.6 Redes de associações e participação política nas decisões.....	84
5.3.7 Síntese do papel do capital social no desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive um ciclo de crescimento econômico e social marcado pela distribuição de renda e inclusão social. Um dos pilares desse crescimento é o agronegócio, setor em que a agricultura familiar ganhou força e se consolidou a partir do final dos anos noventa, com o incremento de políticas públicas e obras de infraestrutura voltadas ao setor e a renegociação da dívida dos produtores.

A região Sul do Brasil é uma das maiores regiões brasileira para o agronegócio, baseada essencialmente na produção da agricultura familiar. Nessa região, o Oeste de Santa Catarina teve forte influência dos imigrantes italianos e alemães. Instalaram-se devido às condições climáticas e geográficas muito parecidas às suas terras natais. Eles trouxeram consigo a cultura e o bom convívio com a terra, experiências e conhecimentos adquiridos com seus antepassados. Implantaram os métodos de trabalho e organizaram suas comunidades conforme estavam acostumados em suas terras de origem.

Ao longo da história da humanidade, o ser humano buscou melhorar suas condições de vida a partir do desenvolvimento econômico. No caso do Oeste do estado de Santa Catarina, o bem estar dos habitantes não foi sempre objeto de atenção por parte de quem possuía o capital e necessitava da força de trabalho humano para as atividades produtivas e econômicas.

Como maneira de se opor às contingências ambientais, sociais e econômicas, as comunidades locais, por meio de seus agentes internos e instituições, se fortaleceram para melhorar suas condições de vida. Da insatisfação e revolta da classe trabalhadora local perante as difíceis condições de vida e trabalho desenvolveu-se o cooperativismo, amplamente difundido na região. Esse movimento nasceu de um sentimento de solidariedade e humanismo capaz de mobilizar grupos de pessoas com o objetivo de buscar algo melhor para suas vidas.

Inseridos em uma região que era pouco desenvolvida e povoada, os habitantes do oeste catarinense recorreram à ação coletiva para o desenvolvimento regional e a valorização

de suas produções. As ações conjuntas resultaram em diversas entidades associativas e cooperativas de produção como forma de sustentabilidade e desenvolvimento local. Passaram a comercializar a produção excedente à sua subsistência e expandir a doutrina coletiva e associativista em toda a região como um meio de distribuição equitativa de renda e igualdade social.

O Estado Brasileiro foi fundamental na formação populacional do Oeste de Santa Catarina. A colonização foi organizada a partir de descendentes europeus que trouxeram seus hábitos, cultura e principalmente seus conhecimentos voltados à agricultura familiar e ao trabalho cooperativo comunitário, fortemente amparado pela fé cristã como forma de sobrevivência e de desenvolvimento social, cultural e econômico. Nessa região, as pequenas propriedades rurais são divididas em comunidades e foram projetadas, desde seus primórdios, com uma visão coletiva das famílias, arraigada na ajuda mútua e no bem estar de todos.

Nesse contexto, esse trabalho é orientado pelo pressuposto de que existe um grande capital social entre os habitantes da região do oeste de Santa Catarina, baseado em relações de confiança, ajuda mútua e espírito coletivo. Diante disso, é possível se perguntar sobre a importância desse capital social no desenvolvimento local da região oeste de Santa Catarina.

1.1 Objetivo geral e objetivos específicos

Essa pergunta levou à definição do objetivo da pesquisa, que é analisar o papel do Capital Social no desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina. A partir desse objetivo, foram definidos dois objetivos específicos:

1. Identificar o papel do Estado na construção do capital social da região oeste de Santa Catarina;
2. Identificar o papel da igreja na construção do capital social da região oeste de Santa Catarina.

1.2 Justificativa

Werle (2011) afirma que a colonização da região do vale do rio Uruguai foi projetada e implantada observando as origens étnicas e a fé religiosa dos novos moradores.

Essas características eram entendidas como fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e econômico das novas colônias, atendendo ao objetivo do Estado brasileiro na ocupação da região que visava implantar uma nova ordem econômica baseada na economia de mercado.

A vida social e comunitária das pessoas sempre esteve fortemente ligada às normas institucionais, principalmente a Igreja e a família. A estrutura social construída desde a criação das primeiras colônias pode ser um elemento fundamental na atual conjuntura social, cultural e econômica da região do oeste de Santa Catarina, bem como de suas organizações. De acordo com Fauré e Hasenclever (2007) o perfil das instituições influencia as atividades das organizações e a coordenação dos atores locais, sejam individuais, coletivos, privados ou públicos.

Embora as colônias no oeste de Santa Catarina não tenham sido mantidas totalmente homogêneas em torno da etnia e da religião, conforme foram projetadas, muitos descendentes italianos e alemães preservam suas origens culturais e mantêm a fé de seus antepassados por meio da religião e da língua dos países de origem, conforme pretendia a Igreja para atender os interesses do Estado. Essas características são essenciais para a construção do tecido social. Moraes (2003) destaca a importância da cultura na organização social, cooperação e participação das comunidades locais e do Estado na formação do capital social.

De acordo com Ávila (2000), a efetivação das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade é definida pelos interesses coletivos de um território com identificação social e histórica. O aproveitamento destas forças possibilita que a própria comunidade se torne autogestora e aproveite os próprios potenciais no planejamento, avaliação e controle de suas ações, assim como a busca por investimentos públicos e privados externos que visem à solução de problemas, a melhoria do cotidiano, a qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento local.

A agricultura familiar é uma das principais atividades econômicas da região pesquisada. A agricultura foi implementada por meio da mão de obra familiar e diversos produtos agrícolas são cultivados, além da produção de leite e das criações de suínos e aves. Ao longo da história da região oeste catarinense, essas atividades foram potencializadas e se constituíram nas principais fontes de renda dos habitantes. De acordo com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC, 2013), o Estado de catarinense é o maior produtor de carne suína do país, é líder nacional na produção de pescados e o segundo na produção de frangos.

Buainain e Souza Filho (2006) destacam que a agricultura familiar brasileira apresenta características diversificadas, incluindo famílias que vivem em minifúndios em situações precárias e produtores inseridos no agronegócio com rendas satisfatórias. A diferença está na formação dos grupos sociais ao longo da história, nas heranças culturais, nas experiências profissionais, pessoais e fatores como os recursos naturais, capital humano e capital social.

Os produtores rurais não agem individualmente, sendo que o espírito coletivo é uma das potencialidades encontradas no oeste de Santa Catarina. O associativismo foi a alternativa para viabilizar a economia, onde a organização dos colonos em cooperativas possibilitou a comercialização de seus produtos sem a ação de intermediários (KOELLN, 1980).

O cooperativismo se tornou o principal meio de desenvolvimento local e agente articulador das atividades agrícolas e da comercialização dos produtos da região. As relações de cooperação, confiança e ajuda mútua entre os agricultores foram construídas sobre os princípios do cooperativismo e estão arraigadas na teia social das comunidades locais. Eles estão presentes na educação e na formação dos produtores rurais, formando a base de sustentação das atividades sociais, econômicas, culturais e ambientais (WERLE, 2011).

Em dezembro de 2013, a Organização das Cooperativas Catarinenses (OCESC) contemplava 254 cooperativas que mantinham mais de 1,6 milhão de pessoas associadas e cerca de 50 mil empregos diretos. Praticamente a metade das famílias catarinenses estava associada a uma cooperativa. O faturamento da OCECSC superou R\$ 20 bilhões no ano e representou 11% do PIB Catarinense (OCESC, 2014).

Conforme dados do IBGE de 2010, a economia do oeste catarinense representava 12,4 % do PIB estadual. No ano de 2012, a população da região era de 929,7 mil pessoas e representava 14,5 % da população estadual. Os estabelecimentos voltados à exploração econômica da agropecuária, extrativismo vegetal e pesca abrangiam 2.354 estabelecimentos familiares e empregava 12.172 trabalhadores (FIESC, 2013).

1.3 Estrutura do trabalho

A introdução é seguida pela revisão bibliográfica sobre capital social, confiança, território, territorialidade e desenvolvimento local. A revisão é seguida pela apresentação da

Região Oeste de Santa Catarina, sua colonização, as primeiras colônias no extremo oeste e as atividades econômicas.

O capítulo seguinte apresenta a metodologia adotada na pesquisa, seguida do capítulo sobre resultados e análise e, finalmente, as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esse capítulo permite entender as noções de capital social, confiança, desenvolvimento local e território. Por fim, o Capítulo realiza a ligação entre capital social e desenvolvimento local.

2.1 Capital social

Numa primeira parte, esse Item define o que é capital social e para que serve. Em seguida, são identificados alguns exemplos de capital social no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul. Finalmente é apresentada a revisão sobre confiança.

2.1.1 O que é o capital social

A palavra capital está associada a várias definições controversas nas ciências sociais. A partir dos preceitos de Marx, a economia clássica define capital como o resultado do trabalho utilizado para produzir outros produtos. Atualmente, na área econômica e empresarial, capital é empregado como uma matriz econômica e ideológica do capitalismo. No entanto, sua definição também é utilizada nas áreas de ações humanas. Para os economistas, somente os recursos naturais e financeiros não são suficientes para produzir riqueza e crescimento econômico. O desempenho econômico depende da capacidade humana, ou seja, do capital humano e do capital social (D'ARAÚJO, 2010).

Para Furlanetto (2008) o capital social é a cola que une as instituições e as mantém vinculadas aos cidadãos visando produzir o bem comum. O termo capital se refere a uma riqueza, um fundo ou estoque. Na linguagem econômica, capital é um estoque de bens, em que o capital humano é um estoque de competências, qualidades e aptidões. Nesse

enfoque, o capital social é um bem coletivo formado pelos estoques de relações e valores que demonstra sua força por meio do seu compartilhamento entre o conjunto social que o mantém.

Para Bourdieu (1980 *apud* LIN, 1999), o capital social representa um processo de manutenção e reprodução da classe dominante que detém o capital econômico, cultural e simbólico. O capital social permite a solidariedade dos membros dessa classe e ajuda a preservar a posição de domínio na sociedade. As normas, confiança, sanções, autoridades e outras características estruturais são importantes para a manutenção do capital social (LIN, 1999).

Furlanetto (2008) agrupa os conceitos de capital social em duas correntes. A primeira é abordada pelos sociólogos que defendem a ideia de que as ações individuais se fortalecem por meio da participação das pessoas em redes sociais e sua interação com outros atores da rede. A participação em uma rede sólida e duradoura de relações de pessoas gera recursos e benefícios potenciais aos atores. Bourdieu e Coleman pertencem a essa corrente. A segunda corrente é a preferida pelos cientistas políticos, que veem o capital social como parte significativa das relações e laços internos, que formam a base estrutural da ação coletiva e é responsável pela coesão necessária para o alcance de objetivos. Putnam pertence a essa corrente.

Para Coleman (1990) o capital social é composto por elementos da estrutura social que fortalecem as ações compartilhadas das pessoas e dos agentes que compõem a estrutura. Sem a presença do capital social, muitos objetivos não seriam possíveis de serem alcançados. Putnam (1993) define o capital social como um fenômeno social estruturado na associação das pessoas em redes ou outros tipos de organização horizontal com forte presença de confiança mútua e reciprocidade. O capital social mobiliza e capacita as ações coletivas das pessoas para alcançarem objetivos que não conseguiriam se agissem individualmente. A coletividade fomenta a realização de projetos compartilhados e melhora a situação financeira do grupo de pessoas.

De acordo com Lin (1999), o capital social está enraizado nas relações e redes sociais, composto por recursos incorporados a uma estrutura social, possíveis de serem acessados e mobilizados por ações intencionais. Nesse contexto, o capital social possui três ingredientes: os recursos incorporados à estrutura social; o acesso aos recursos por pessoas físicas; e o uso ou mobilização desses recursos pelos indivíduos por meio de ações intencionais. O acesso e a utilização dos recursos sociais embutidos nas redes sociais podem melhorar a situação econômica das pessoas. As pessoas que ocupam cargos hierárquicos na

sociedade, em parte obtidos por meio de laços mais fracos, possuem mais acesso aos recursos sociais.

Lin (1999) reforça a definição de capital social como um investimento das pessoas nas relações sociais, como uma maneira para acessar recursos e melhorar sua condição financeira e qualidade de vida. Investir em capital social facilita o fluxo das informações onde os laços sociais podem exercer influência sobre os agentes que participam nas decisões que envolvem as pessoas e a comunidade. O capital social age como uma credencial social dos indivíduos que dá acessibilidade aos recursos por meio das redes de relacionamentos. Nesse sentido, o capital social reforça a identidade e os relacionamentos de um grupo de pessoas ou comunidade.

O capital social corresponde às relações sociais institucionalizadas na forma de normas ou redes sociais. As relações sociais são institucionalizadas por meio do acúmulo de práticas sociais e culturais incorporadas no contexto histórico das reações do grupo de pessoas, comunidades ou classes sociais (CASTILHOS, 2001). Na visão de Durston (2002), o capital social é um recurso, ou via de acesso aos recursos, que, pela combinação com outros aspectos, resulta em benefício para quem o possui. Para o autor, é uma ferramenta analítica do desenvolvimento social e econômico.

O Banco Mundial define o capital social como a capacidade que uma sociedade possui para estabelecer laços de confiança e redes de cooperação entre seus membros. A qualidade das relações interpessoais depende das instituições, das relações e normas sociais de uma sociedade. O capital social é o elo que mantém as instituições em contato entre si e vinculadas às pessoas para a produção do bem comum (D'ARAÚJO, 2010).

O conceito de capital social ganhou notoriedade a partir do trabalho de Putnam, por meio de uma pesquisa realizada na Itália entre 1970 e 1990, com o objetivo de entender os motivos das disparidades entre o norte e o sul (D'ARAÚJO, 2010). Após vinte anos de pesquisa, Putnam constatou que a região norte da Itália era mais desenvolvida e soube usufruir melhor as vantagens da descentralização política em relação à região sul, onde existiam fortes aspectos individualistas. Percebeu que no norte havia mais envolvimento e cooperação das pessoas com o bem público. A cultura cívica e a confiança interpessoal se mostraram recursos indispensáveis para a composição do capital social (PUTNAM, 2007). No norte da Itália, o autor identificou grande capacidade de associativismo, cooperação e confiança no governo e entre vizinhos, com fortes laços horizontais de participação social.

Para Moraes (2003) a concepção de capital social de Putnam se restringe ao ponto de vista histórico e cultural, onde a presença de capital social de uma comunidade é

historicamente determinada pelas práticas culturais acumuladas das pessoas, não havendo a possibilidade de criar capital social onde esse esteja ausente.

No entanto, os sistemas sociais não são influenciados apenas por fatores culturais, mas também por componentes sociais, em que os agentes locais podem promover mudanças no processo de desenvolvimento, provocando alterações nas relações sociais, institucionalizando novos códigos culturais e práticas sociais que formem o capital social (CASTILHOS, 2001).

Lin (1999) diferencia o capital social individual, que pode ser entendido como a maneira que as pessoas investem nas relações sociais e captam os recursos disponíveis para obter benefícios e, o capital social coletivo, que reforça a coesão social, reproduz e mantém o capital social como um bem coletivo amparado pela confiança, normas e regras.

Furlanetto (2008) diferencia o capital social em três tipos, o comunitário, associado às organizações locais, grupos cívicos e redes informais. O capital social de ponte, que facilita a fluência das informações e possibilita uma localização estratégica das pessoas com acesso às informações diversificadas. O capital social de ponte possibilita que as pessoas de um grupo social estabeleçam pontes de relacionamentos verticais e horizontais com pessoas de outras comunidades, ou grupos sociais. Furlanetto (2008) acrescenta o capital social institucional, que agrega ao capital comunitário e de ponte os aspectos políticos e sociais que dão corpo ao arranjo social, possibilitando que as normas de cooperação e reciprocidade possam se desenvolver. Esse capital dá ênfase à possibilidade de acesso e interferência dos grupos sociais sobre as organizações formais, sistema judiciário ou empresas.

Um dos motivos da existência do capital social coletivo é que os grupos humanos competem entre si para controlar os recursos e os territórios. Nessa estratégia, a cooperação coletiva tem como objetivo a exclusão da concorrência, ou subordinar socialmente grupos menos favorecidos de capital social. Qualquer comunidade, ou sociedade, deve ter capital social coletivo, haja vista que é um recurso muito importante na estrutura social, embora nem sempre seja vantajoso para toda a sociedade devido à distribuição desigual (DURSTON, 2002).

2.1.2 Exemplos de capital social no Brasil

Baseados na pesquisa de Putnam (2007) desenvolvida na Itália foram realizados alguns estudos para identificar a existência de capital social em algumas regiões do Brasil. Para medir as diferenças de capital social no Rio Grande do Sul foram utilizados indicadores de participação em associações voluntárias (participação em reuniões, exercício de cargos ou funções nessas entidades), redes informais de sociabilidade (visitas a parentes, amigos, vizinhos, atividades de lazer, entre outros) e participação política. A existência de uma densa rede de associações voluntárias com a participação da população é um dos principais indicadores de existência de capital social em um território (BANDEIRA, 2003).

No Rio Grande do Sul, existem diferenças significativas entre as regiões no que se refere aos indicadores de capital social. Na região da serra gaúcha e no norte (planalto) os estudos demonstraram alta participação em associações voluntárias, elevada participação em atividades políticas e de sociabilidade informal, que envolve pessoas próximas como amigos e familiares (relações primárias), ou pessoas distantes como conhecidos e colegas (relações secundárias). O índice de capital social identificado se deve às raízes coloniais que remontam a imigração e colonização europeia e pelo predomínio das pequenas propriedades e da agricultura familiar (BANDEIRA, 2003).

Monasteyro (2003) acrescenta que as regiões gaúchas formadas pelas pequenas e médias propriedades rurais e que foram colonizadas por descendentes de alemães e italianos, a renda per capita é mais elevada e existe menos desigualdade social.

Na região metropolitana que abarca Porto Alegre e as áreas urbanas em seu entorno, o baixo índice de capital social se deve ao pouco tempo disponível que restringe a possibilidade de vida social e participação em associações voluntárias, principalmente porque as pessoas perdem muito tempo de deslocamento no trânsito entre suas residências e o trabalho. O mesmo efeito negativo do tempo gasto com deslocamento foi identificado por Putnam nas áreas urbanas dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2003).

As áreas compostas por grandes propriedades (Campanha e Pampa) apresentam índices de capital social e qualidade de gestão políticas inferiores às demais regiões do Estado (MONASTEIRO, 2003). Para Bandeira (2003), as raízes históricas das regiões onde predominam as grandes propriedades e a convivência com a escravidão até o final do século XIX podem contribuir com o baixo nível de capital social. Nessas regiões, há predominância de relações sociais marcadas pelas formas verticais de associação, hierarquia, uso do poder e dependência. Essa fragilidade da cultura associativa, coesão social e cooperação são

elementos intrínsecos da cultura brasileira que remonta às raízes culturais hispânicas, Portugal e Espanha. Historicamente a sociedade brasileira convive com a falta de instituições de solidariedade e de cooperação vicinal, comuns nas comunidades tradicionais e em alguns países europeus (BANDEIRA, 2003).

As diferenças de capital social, encontradas nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul são explicadas por Bandeira (2003) pelo processo de construção da estrutura comunitária. Nas regiões formadas por grandes propriedades, as iniciativas para construir igrejas partiram dos fazendeiros, onde as pessoas e empregados eram convidados a participar nos eventos religiosos, sendo agentes passivos. Por outro lado, nas colônias de descendentes europeus, a estrutura física foi construída por meio da cooperação e mutirões. Nesse contexto, o termo Capela deixou de significar apenas igreja, contemplando o cemitério, escola, recreação e festas, campos de esportes, associações de pessoas bem como toda a área geográfica que abrangia a comunidade (BANDEIRA, 2003).

Silva (2013) pesquisou a existência de capital social entre os associados de uma cooperativa no município de Campo Grande (MS), formada por associados descendentes de várias etnias e oriundos de diversas regiões do Brasil. Após a conclusão do trabalho, percebeu alguns indícios de existência de capital social somente entre os cooperados de origem japonesa. A falta de capital social entre os outros associados foi percebida pela ausência de confiança entre os associados e vizinhos, baixa frequência de interações, reciprocidade, participação cívica, individualidade no trabalho e nas decisões no que tange as atividades da cooperativa.

As relações e estruturas sociais formadas pela confiança gerada da combinação das condutas de reciprocidade e cooperação formam o capital social que proporciona benefícios para as pessoas que mantém relações. O capital cultural é formado pelas visões de mundo das pessoas e pelas normas que guiam seus comportamentos. Ele reforça e potencializa o capital social. O conteúdo das relações sociais e das instituições sociais é composto pela confiança, reciprocidade e cooperação (DURSTON, 2002).

2.1.3 Confiança

Para Putnam (1993) sem a confiança o capitalismo não seria viável, pois ela diminui os custos das transações, agiliza os processos e produz melhores resultados. A confiança é o elemento básico do capital social que deriva de duas fontes. Primeiro, das regras

de reciprocidade, baseadas na retribuição de favores e na aplicação de regras de constrangimento social para quem não coopera, retribui e as infringe. Segundo, dos sistemas de participação cívica, com a participação em associações comunitárias ou de bairros, clubes esportivos, comunidades religiosas, sindicatos, cooperativas e diversas outras associações em geral que representam possibilidades de cooperação horizontal.

A confiança é uma atitude baseada no comportamento de uma pessoa que participa em uma relação estabelecida. Seu suporte é a cultura e o princípio de reciprocidade. É também um suporte emocional e de afeto pelas pessoas tidas como confiáveis e que demonstram confiança. Essa confiança resulta da repetição das interações sociais conforme as experiências acumuladas e correspondidas por atos de generosidade equivalentes, que nutrem o vínculo entre o risco e o sentimento de afetividade, ou identidade ampliada (DURSTON, 2002).

A confiança implica em entregar a alguém o controle de bens próprios, tangíveis ou intangíveis. Quanto maior for o valor dos bens cedidos a outros, maior será o risco ligado à quebra de confiança. Os grupos sociais mantêm o sentimento de obrigação com seus parentes que entendem às normas de identidade comunitária como uma forma de evitar a traição. Essas relações estabelecem o capital social da comunidade (DURSTON, 2002).

A reciprocidade é o princípio que rege as relações formais e informais de uma comunidade. Nas pequenas comunidades, essas relações são estabelecidas por meio de numerosas interações entre as mesmas pessoas, famílias e instituições, sejam elas religiosas, jurídicas, políticas e econômicas. Com isso, a reciprocidade é a base das relações e instituições do capital social (MAUSS, 1990, *apud* DURSTON, 2002).

A cooperação é uma ação que complementa a relação com o intuito de alcançar os objetivos compartilhados. A cooperação é obtida por meio de situações de risco que possibilitam confiança ou traição, ou então, emerge como consequência da evolução interativa espontânea de diferentes estratégias dos agentes. Além da reciprocidade das trocas materiais, as interações de emoções são importantes na medida em que os sentimentos de afeto, segurança e pertencimento surgem das interações que se retroalimentam (DURSTON, 2002).

Para Ávila (2000), os relacionamentos primários e secundários constituem as características fundamentais de configuração associativa de comunidade e da sociedade. Os relacionamentos primários consistem na cadeia de contatos e vínculos que as pessoas formam gradativamente no decorrer de suas vidas de maneira espontânea e informal. Esses relacionamentos são mais profundos e intensos, fazendo com que as pessoas se conheçam, se avaliem e se controlem. São laços interpessoais que se consolidam e se expandem no âmbito

da vizinhança para os bairros, cidades e assim por diante, possibilitados tanto pelos contatos pessoais diretos quanto pelos mediados por amigos, parentes, colegas de escola, de profissão, de igreja entre outros. Quanto mais intensos e próximos forem esses relacionamentos na vida das pessoas, mais densos tendem a serem os sentimentos, interesses, objetivos e identidade histórico-cultural das pessoas do local (ÁVILA, 2000).

Os relacionamentos secundários são baseados e respaldados pelas regras formais compostas por leis, regimentos, regulamentos e quaisquer outros tipos de normas e decisões coletivas de controles externos dos indivíduos gerando um princípio jurídico de que todos são iguais perante a lei. Tais regras de coesão e controle de grupos sociais, quando explicitadas e oficializadas, conferem ao grupo configuração de sociedade. Portanto, uma sociedade independente é organizada e regida por relacionamentos secundários e primários (ÁVILA, 2000). O autor afirma que uma comunidade composta por relacionamentos primários em demasia é muito conservadora e fechada, tendendo manter-se isolada do mundo. Por outro lado, o excesso de relacionamentos secundários desestrutura a comunidade em termos de sentimentos comuns, interesses, objetivos, identidade com o local e outros laços de coesão.

2.2 Território e desenvolvimento local

Esse item é dividido entre a definição geral do desenvolvimento local, com uma abordagem rápida do desenvolvimento rural e a identificação do que é o território, com o papel ocupado pelas redes entre os atores sociais.

2.2.1 Desenvolvimento local

O desenvolvimento local teve sua origem na década de 1970 com propostas de desenvolvimento de baixo para cima. Na década de 1990, esse modelo de desenvolvimento endógeno ganhou força com políticas públicas voltadas aos territórios e suas especificidades. Alguns estudos demonstraram as causas dos diferentes ritmos de crescimento entre as regiões do Brasil, embora estivessem nas mesmas condições em termos de recursos financeiros (MORAES, 2003).

A partir da década de 1990, com a crise do Estado brasileiro, os processos de descentralização política impulsionaram um movimento de valorização e implementação de políticas públicas de desenvolvimento formuladas pelos governos locais. Com a globalização

dos mercados, a economia brasileira foi afetada, com aumento do desemprego, o que pressionou os governos locais a buscarem soluções (MORAES, 2003).

Conforme Tuan (2012) o meio ambiente construído pelo homem é resultado dos seus processos mentais e culturais. Essas realizações podem ser vistas como ambientes sociais em prol do seu conforto e bem estar na natureza.

Moraes (2003) elenca que na Europa, nas últimas duas décadas, as políticas de desenvolvimento local passaram a considerar as diferenças regionais e territoriais como um elemento que deve ser valorizado e potencializado. As diversidades e as potencialidades locais se tornaram elementos estratégicos para a competitividade regional e local na formulação de políticas públicas, contemplando as especificidades territoriais e a participação popular na elaboração e implementação das políticas. Essas políticas levam em consideração a complexidade estrutural dos territórios, substituindo as políticas exclusivamente setoriais.

A noção de desenvolvimento local se refere à existência de várias escalas, como país, região, município, bairro ou comunidade. Nesse sentido, a ideia de local permite flexibilidade. O crescimento econômico local está alicerçado na força endógena que valoriza as externalidades produzidas pelas interações dos atores como o verdadeiro motor do crescimento (FAURÉ; HASENCLEVER, 2007).

No desenvolvimento local a própria comunidade mobiliza-se com suas capacidades, competências e habilidades para promover e conduzir suas ações na busca da melhoria da qualidade de vida, metabolizando a participação de agentes externos públicos e privados para que contribuam no processo evolutivo do local. Tais agentes externos funcionam como fomentadores e criadores de energias que acionam os potenciais da comunidade para que a mesma possa planejar o progresso das condições sociais, econômicas, culturais e ambientais (ÁVILA, 2000).

Nesse contexto, a teoria endogenista verificou como as instituições, capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento poderiam ser gerenciados endogenamente em cada território, e não mais por agentes externos. A partir disso, concluiu-se que as regiões ou territórios dotados com esses recursos ou com capacidades para desenvolvê-los teriam maior potencial de dinamismo e crescimento (MORAES, 2003).

O processo de desenvolvimento local requer o envolvimento de todas as dimensões de determinada sociedade. Deve considerar a diversidade de relacionamentos dos atores e uma profunda transformação das relações sociais, não somente das técnicas de produção, mas também a preservação ambiental, já que as estratégias ligadas a esta dimensão

têm por objetivo melhorar as condições de vida e a sustentabilidade da sociedade (TENÓRIO, 2004).

Tenório (2004) afirma que esse processo deve gerar um conjunto de atores locais com capacidades e iniciativas que busquem novas fontes de energias e tecnologias, a renovação das atividades tradicionais e a exploração consciente dos recursos disponíveis na comunidade.

Para Muls (2008), diversas formas de coordenação das relações sociais e dos meios produtivos emergem como promotoras do desenvolvimento local. A mobilização dos atores locais, a construção de redes entre os organismos e instituições e a elevação do grau de cooperação são instrumentos que possibilitam aos territórios desenvolverem novos meios produtivos que permitem a diminuição das desigualdades sociais.

Por terem emergido do próprio território, essas coordenações funcionam como forças intermediárias de coordenação que não substituem as ações de mercado ou do Estado, mas que se sobrepõem às mesmas por serem elaboradas pelo próprio território, a partir de suas instituições e organismos, constituindo sua estratégia de desenvolvimento local (MULS, 2008).

Fauré e Hasenclever (2007) apresentam três dimensões da concepção do desenvolvimento local. A primeira é a endogeneidade, caracterizada pela presença de um potencial de recursos locais, materiais e imateriais que podem ser explorados e valorizados. A segunda dimensão é a territorialidade, construída a partir de um espaço físico por meio das iniciativas e interações dos atores locais. É o espaço de atuação onde as relações são mais densas e produtivas do que aquelas que ocorrem fora desse espaço. Finalmente, a terceira dimensão é a importância das instituições, haja vista que o desenvolvimento local depende do conjunto das inter-relações, fundadas a partir das crenças, valores e das organizações locais. A importância de analisar a questão institucional fundamenta-se na relação entre o desenvolvimento local e a qualidade das instituições. As instituições norteiam os comportamentos, decisões e ações dos atores em longos prazos (FAURÉ; HASENCLEVER, 2007).

Conforme Marsiglia (1996) o desenvolvimento local e a qualidade de vida das pessoas estão amparados na existência e no fortalecimento dos atores do território com capacidade para melhorar as condições econômicas e sociais. Para Raffestin (1993), o território é construído a partir do espaço por meio da ação coletiva. Brand (2001) afirma que os territórios ganham força devido a sua construção cultural como um espaço de identidade e autonomia de diferentes culturas.

A abordagem do desenvolvimento rural vai além de sua dimensão agrícola produtiva. A partir da última década do século XX, surgiu na Europa o conceito de “Multifuncionalidade da Agricultura” frente aos desafios do mundo rural, preservação da população no campo, meio ambiente e das paisagens rurais, geração de emprego e renda, interação com os consumidores e acolhimento das populações urbanas. O espaço rural passou a ser visto não somente como atividades meramente agrícolas, levando em consideração a percepção e importância desse espaço no desenvolvimento local. Aos aspectos da produção agropecuária foram incorporadas as funções sociais e ambientais, que segundo Moraes (2003) compreende:

- a) Função alimentar e econômica: assegura a autossuficiência alimentar da população e melhora a situação econômica das pessoas envolvidas com a atividade agrícola.
- b) Função social: refere-se aos problemas do êxodo rural a partir da revolução verde. Há a preocupação com a qualidade de vida das populações rurais, melhoria da renda, inclusão social e qualificação profissional.
- c) Função ambiental e manutenção da biodiversidade: está relacionado aos problemas ambientais devido à exploração excessiva dos recursos naturais. O espaço rural é fundamental para a diversificação e o equilíbrio dos ecossistemas, manutenção da fauna e da flora, bem como na preservação dos conhecimentos e saberes tradicionais.
- d) Função estética: essa função é importante nas regiões onde a beleza e a diversidade das paisagens é essencial para o desenvolvimento do turismo. Cria-se uma harmonia entre a diversidade cultural e a paisagem rural local.
- e) Função recreativa e pedagógica: é uma função recente do espaço rural, haja vista que grande parte da população vive nas áreas urbanas. O campo se torna um espaço para distração e (re)descoberta do mundo rural e da natureza por meio de áreas de lazer, pontos de observações para estudos e práticas pedagógicas.

Em relação às funções e às percepções do meio rural, Tuan (2012) cita que para compreender a preferência e a visão ambiental das pessoas, é necessário conhecer o histórico cultural e a experiência do grupo no contexto do seu ambiente físico. A cultura condiciona a percepção e os valores ambientais das pessoas. À medida que a sociedade e a cultura evoluem com o tempo, as pessoas mudam suas atitudes em relação ao meio ambiente.

O desenvolvimento territorial endógeno é centrado nas comunidades locais, rurais e urbanas que desenvolvem estratégias, criam ou captam meios para implementar processos

constantes de mobilização, organização, competências e habilidades da comunidade. Sua origem está na mobilização das forças sociais solidárias pela qual a comunidade se transforma no próprio sujeito do desenvolvimento do espaço, ampliando sua atuação e autonomia nas decisões em relação ao seu futuro. Quando o território compõe o contexto do desenvolvimento, é difícil determinar os limites do desenvolvimento rural e urbano, pois ambos se entrelaçam (MORAES, 2003).

2.2.2 Território e rede entre os atores sociais

Na visão de Muls (2008) o território é uma construção social, econômica e institucional onde grande parte das relações entre os agentes não é mercantil. Essa construção social é influenciada pelo peso das regras, normas e símbolos elevados da comunidade. As instituições estão enraizadas no funcionamento e dinâmicas locais, bem como entre os agentes e nos recursos necessários aos processos produtivos e inovativos do território.

Por meio dos organismos e instituições presentes nele, o território é o principal agente promotor do desenvolvimento. Suas características endógenas baseadas na sua organização social e nas instituições locais é algo específico do lugar, que surge como o resultado do seu próprio contexto e produto da sua própria construção (MULS, 2008).

O contexto social do território é definido pela ação coletiva e a construção das instituições locais, que possuem capacidade de se adequar às leis de funcionamento das economias globais e da competição internacional, com capacidade de criar um movimento autônomo de crescimento e regulação própria. Nesse processo aparecem grandes capacidades de adaptação e de inovação, diferentes estratégias de desenvolvimento com novas maneiras de valorização das pessoas e distribuição da produção e da renda (MULS, 2008).

Haesbaert (2006) estabelece a construção do território sob três dimensões: na dimensão jurídico-política há a construção das instituições, pois o território é delimitado e controlado normalmente pelo Estado; na dimensão cultural prevalece a tradição, hábitos e costumes que priorizam as dimensões simbólica e subjetiva, como a apropriação e valorização de um grupo de pessoas no que tange ao seu espaço vivido, adotando um conjunto de significados sagrados. Por último, os aspectos econômicos enfatizam as relações mercantis e consideram o território como fonte de recursos da sociedade. A construção simbólica e cultural de um grupo de pessoas em determinado território definem sua territorialidade (HAESBAERT, 2006).

Para Reis (2012) a territorialidade se constitui a partir das relações desenvolvidas pelas pessoas na complexidade do território, onde estão inseridas todas as manifestações humanas que incluem o *know how*, os símbolos, as representações coletivas, políticas e sociais. A territorialidade se refere à maneira como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e dão significados ao lugar.

Para Saquet e Briskievicz (2009) a territorialidade é o resultado do processo produtivo do território, sendo determinante para a construção de identidade e reorganização social. A identidade é construída pelas diversas relações de territorialidades estabelecidas diariamente que envolvem as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, entre outros.

A globalização e as economias internacionais produzem profundas modificações nas estruturas espaciais dos territórios. Para Muls (2008) a reação autônoma do território é definida pela capacidade que os atores locais possuem de se contrapor a esta pressão externa, criando ou desabrochando mecanismos locais com dinâmicas espontâneas de desenvolvimento natural do território. A formação de redes fortalece a integração entre os atores e constitui a essência do desenvolvimento local.

Essa reação autônoma não liberta o território das imposições que lhe são exógenas. No entanto, cria possibilidades e condições favoráveis de resistência e adaptação em seu favor. A densidade dessas redes indica o potencial endógeno para o desenvolvimento local (MULS, 2008). As redes de associações surgem como respostas à necessidade de ordem que cada pessoa tem para estabelecer relações (TUAN, 2012).

Em uma sociedade em rede, para não serem marginalizadas ou excluídas, as comunidades rurais ou urbanas dependem da cooperação dos atores locais para gerar sinergias, bem como do conhecimento coletivo que crie possibilidades de inovação e desenvolvimento. O desenvolvimento local é possível por meio do empreendimento da gestão sustentável das potenciais especificidades territoriais, aliadas ao conhecimento e transformação de possibilidades externas em oportunidades internas para solucionar problemas ou atender necessidades locais (MORAES, 2003).

Vilpoux e Oliveira (2010) reforçam a importância de relacionamentos em rede, em que a estrutura de um sistema construída em redes de interações entre os atores produtivos e entre atores produtivos e organizações de apoio como bancos, universidades, associações entre outras. Estes arranjos podem abranger bens físicos, serviços de apoio e atividades de cooperação, como a realização de pesquisas, criação e difusão do conhecimento e aprendizado. O território é muito importante devido à construção de vínculos fortes entre os atores baseados em aspectos culturais ou capital social.

Muls (2008) classifica as redes em dois tipos. As redes “tipo aparelho” formadas pelo conjunto de instituições do sistema político-administrativo local, com objetivo de regulação política, econômica e cultural no nível descentralizado do território. Essas redes são compostas por organismos de apoio (públicos e privadas), bancos, órgãos da administração pública entre outros.

O segundo tipo são as “redes de relações sociais” que compreendem todo o conjunto de relações pessoais e informais específicas da cultura local. Esse tipo de rede constitui as relações de solidariedade que complementam a rede institucional. Nessas redes não há regras conscientes de função reguladora do conjunto político e econômico, já que as relações são informais e remetem às relações de territorialidades autônomas. As informações e conhecimentos são endógenos e seu custo de transmissão não é elevado (MULS, 2008).

2.3 Capital social e desenvolvimento local

A formação cultural histórica e econômica nacional estruturou o Brasil em diferentes regiões, com condições e vocações produtivas distintas, resultando em desequilíbrio econômico e espacial. Algumas dessas regiões conseguiram mobilizar seus recursos, transformando-os em vantagens competitivas. Nesse contexto, a variável geográfica é discriminante explicativa em relação ao desenvolvimento local brasileiro (FAURÉ, HASENCLEVER, 2007).

No caso de Santa Catarina, o desenvolvimento local foi construído pela existência de fortes vínculos entre as atividades econômicas e as regiões ou comunidades locais. Diante disso, as atividades produtivas catarinenses são bastante heterogêneas, resultantes do processo de ocupação territorial, principalmente entre os açorianos no litoral e o movimento migratório de descendentes europeus, principalmente italianos e alemães, nas demais regiões do Estado. Em consequência, Santa Catarina possui regiões distintas, fortemente ligadas às atividades produtivas locais e ao processo de colonização (LINS, 2007).

O desenvolvimento local depende dos arranjos, redes, sistemas e parcerias territoriais. Em função desse arranjo cooperativo, algumas regiões respondem de maneira ativa aos desafios e constroem seus modelos de desenvolvimento. Outras desenvolvem suas potencialidades que constituem uma dinâmica local própria enquanto algumas regiões apenas aproveitam as oportunidades resultantes da dinâmica global, conseguem combinar suas

potencialidades locais com as oportunidades globais ou, por fim, não possuem nenhuma reação e tendem a desaparecer no cenário do desenvolvimento (BECKER, 2003).

Para Tenório (2004) as redes entre os atores locais emergem como consequência da busca pela independência da organização pública e privada, fortalecendo a ideia de que os problemas econômicos e sociais não podem ser resolvidos somente pela ação do Estado.

Somente com o amadurecimento da democracia é possível desabrochar e reconhecer a diversidade ambiental e cultural que pode se transformar em vantagens competitivas para os territórios, em diferentes escalas geográficas, exercendo sua autonomia. As diferentes culturas, ambientes e valores éticos e morais devem ser compreendidos como múltiplas alternativas em suas escalas geográficas para a construção do seu próprio desenvolvimento, singular de cada região ou local. Uma sociedade bem organizada socialmente participa mais das decisões políticas. Quanto mais participativa politicamente é a sociedade, maior é o seu desenvolvimento econômico (BECKER, 2003).

No contexto da democracia, o Estado tem função importante para a formação do capital social, desempenhando ações de apoio e implementando estratégias de coesão social e proteção das relações sociais que são a origem do capital social (CASTILHOS, 2001). A construção do futuro depende da qualidade e da vontade política, da organização popular e do diálogo entre os agentes. Esses mecanismos criam oportunidades de envolvimento das pessoas na vida social, econômica e política do território, gerando novos campos de atuação dentro da esfera governamental. Por isso o Estado deve atuar na direção e promoção de atividades em torno das capacidades e potencialidades locais, por meio de políticas de promoção e coordenação de iniciativas sociais. Não basta considerar somente o planejamento participativo como um modelo de inclusão da sociedade local, mas investir no processo de descentralização política. Com um governo descentralizado, as comunidades exercem sua cidadania orientada por valores locais, articulando os movimentos sociais, a identidade cultural, as práticas sociais, conhecimentos e processos produtivos (MORAES, 2003).

A descentralização das atribuições públicas e a produção flexível de aglomerados e atividades produtivas regionais foram determinantes no processo que deu à esfera local um papel considerável no desenvolvimento de Santa Catarina. As reivindicações da sociedade civil e suas entidades representativas, a prestação de contas dos líderes políticos e governantes não são suficientes para revitalizar ou fomentar o desenvolvimento local (FAURÉ; HASENCLEVER, 2007).

Por meio da articulação é possível construir um projeto de desenvolvimento local diferenciado que se opõe aos interesses externos. Essa articulação é possível a partir da criação de uma estrutura política e institucional mediadora estruturada no capital social que viabilize o desenvolvimento, envolvendo os agentes individuais e coletivos da comunidade (BECKER, 2003).

Uma sociedade cuja cultura preserva a confiança interpessoal e a cooperação possui um bom inventário de capital social, é capaz de produzir o bem comum e o desenvolvimento sustentável com baixos custos de transação. Exemplos disso são as associações de ajuda mútua ou associações de crédito em geral, alicerçadas na confiança das regras e no empenho moral das pessoas em honrar seus compromissos (D'ARAÚJO, 2010).

D'Araújo (2010) afirma que o contrato moral mantém o espírito cívico da comunidade, onde a pena para quem transgride é a exclusão da rede de sociabilidade e de cooperação. Nesse contexto, o capital social é definido por aspectos relacionados à confiança, normas e cadeias de reciprocidade nos sistemas de participação cívica. Quanto mais uma sociedade utilizar seu capital social, mais ele crescerá. No mesmo sentido, quanto mais utilizar as vantagens da confiança, mais produzirá confiança. As dinâmicas de desenvolvimento regional e local estão vinculadas às estruturas sociais e culturais do passado, em que a cultura e a moral foram importantes elementos formativos da conduta (BECKER, 2003).

O aumento do capital social depende do aprofundamento das relações, de sua multiplicação, intensidade e criação de redes de relações. Quanto mais for usado, maior será sua reprodução e o seu estoque. Ele está enraizado na estrutura social e suas relações no que tange à capacidade e à habilidade de conexões entre os cidadãos. As redes de relações geram fluxos e troca de informações, criam espaços para a comunicação e estão diretamente relacionadas com sistemas sociais de capital social abundante, haja vista que as opiniões e conhecimentos são compartilhados. O capital social de determinada comunidade proporciona um conjunto de normas de cooperação e reciprocidade e interfere sobre as organizações formais, sistema jurídico e empresas, moldando-as de acordo com os interesses dessa comunidade (FURLANETTO, 2008).

Na Argentina, Durston (2002) relata que o tecido social é muito importante para as formas e resultados econômicos. As relações interpessoais e a cooperação são recursos tradicionais da cultura rural. O pertencimento a uma comunidade local e os relacionamentos existentes são essenciais para as estratégias econômica da comunidade e de seus membros, além de reforçar a amizade, a religião e o próprio sentimento de pertencimento. Os membros

de uma comunidade rural compartilham um sistema sócio cultural que é próprio do território, onde os costumes e as crenças complementam as relações e as instituições e vice versa.

No próximo capítulo é apresentada a região oeste do estado de Santa Catarina, região onde foi realizada a pesquisa.

3 A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Este capítulo aborda a história do Oeste de Santa Catarina, o processo de colonização e as principais atividades econômicas encontradas hoje.

3.1 Histórico da região oeste de Santa Catarina

Para Paim (2006), a definição de uma região ocorre principalmente pelas relações entre os indivíduos que habitam o território. Elas criam e delimitam condições, definem o que pertence ao local caracterizando as especificidades. Por meio de discurso de homogeneização e de igualdade, a sociedade constrói a unificação dos habitantes de determinada área geográfica em torno de princípios comuns para obter o progresso e o desenvolvimento. Geralmente, esses discursos omitem e sufocam as diversidades regionais.

A região do Contestado é o território compreendido entre os rios Uruguai, do Peixe e Peperí-Guaçú, na fronteira com a Argentina que abrange todo o oeste de Santa Catarina. Desde o descobrimento do Brasil, essa região sempre esteve envolvida em conflitos pela posse de suas terras. No início da colonização foi disputada por Espanhóis e Portugueses, e mais tarde a Argentina reivindicou o domínio do território (KOELLN, 1980; PAIM, 2006). Antes do fim do litígio entre Brasil e Argentina, Santa Catarina solicitou a posse da região, o que revoltou o governo paranaense. Com isso, a área em questão passou a ser chamada de Contestado (BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013). A Figura 1 mostra o Estado de Santa Catarina até 1916, com destaque para a região do contestado que ainda estava em litígio.



Figura 1 - Região do contestado.

Fonte: AITH (2014). Adaptado pelo autor.

O impasse entre Brasil e Argentina foi encerrado em 1905 após a intervenção do governo dos Estados Unidos, estabelecendo que a região do Contestado permanecesse anexada ao território brasileiro. A disputa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina pela posse da região se estendeu até o fim da Guerra do Contestado, em 1916 (KOELLN, 1980; PAIM, 2006).

Woloszyn (2007) indica que até o final do século XIX, a região era habitada por comunidades tradicionais, por alguns escravos fugidos do Paraná e Rio Grande do Sul e por luso-brasileiros. Da miscigenação desses grupos étnicos se originou o caboclo da região, também conhecido como “brasileiro”.

Plein (2003), Woloszyn (2007) e Eidt (2011) concordam sobre o fato da construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul, entre 1907 e 1910, ter sido determinante para a colonização do oeste catarinense. A estrada foi construída pela empresa Americana “*Brazil Railway Company*”, então administrada pela sua filial Brasileira “*Brazil Development & Colonizations Company*”.

O objetivo da ferrovia era ligar o sul com o sudeste do Brasil. Foram atraídos para a região do contestado cerca de 10.000 trabalhadores de diversas regiões do país. Como forma de concessão, a empresa recebeu do governo 15 km de terra em cada lado dos trilhos ao longo de sua extensão, além do direito de explorar toda a madeira da região. Com isso, assumiu o

compromisso de colonizar essas terras. Com o término da construção da estrada em 1910, a empresa repassou para várias empresas colonizadoras a missão de executar o projeto de colonização (PLEIN, 2003; WOLOSZYN, 2007).

A obra foi uma estratégia do governo federal para promover o desenvolvimento mercantil na região e possibilitar o deslocamento das tropas do exército do centro para o sul do Brasil. Como consequência, milhares de camponeses foram banidos das terras que ocupavam e exploravam. Não possuíam os títulos de propriedade e não produziam para o mercado, conforme a lógica mercantil da república. Expulsos de seus territórios passaram a morar em acampamentos ou redutos, amparados por um monge religioso. Com o término da ferrovia, os trabalhadores envolvidos na construção foram demitidos e abandonados na região, juntando-se aos camponeses desapropriados (WOLOSZYN, 2007).

Conforme Woloszyn (2007), para a exploração da madeira ao longo dos trilhos, a empresa americana utilizou equipamentos de alta tecnologia trazidos da Europa e Estados Unidos. A mão de obra foi selecionada, a maioria era descendente de imigrantes ou estrangeiros contratados de forma permanente. Aos caboclos foram oferecidos trabalhos temporários precários, para o corte e transporte das toras, recebendo seu pagamento por empreitada. Essa precariedade resultou na insatisfação dos interessados e na Guerra do Contestado, que aterrorizou a região de 1912 até 1916, dizimando aproximadamente vinte mil caboclos.

Plein (2003) e Woloszyn (2007) enfatizam que a Guerra do Contestado foi um divisor de águas no processo de ocupação e implementação do novo modelo econômico da região. A ocupação intensiva ocorreu a partir de 1920, com o acordo conhecido como a “Questão do Contestado”, que encerrou as disputas sobre a região entre o Paraná e Santa Catarina. Com o fim da guerra, foram criados os primeiros municípios no oeste catarinense (BAVARESCO, FRANZEN e FRANZEN, 2013).

Paim (2006) indica que o crescimento acelerado das famílias nas colônias gaúchas gerou um excedente populacional, e, com a divisão das propriedades em virtude de partilhas de heranças as terras se tornaram insuficientes. O cultivo predador realizado com roçadas e queimadas diminuiu a fertilidade das terras. Como os colonos não conheciam técnicas agrícolas para recuperar o solo, tiveram que buscar alternativas para sua sobrevivência. Esses fatores contribuíram para a migração dos descendentes de europeus das velhas colônias gaúchas para o oeste catarinense. Eidt (2011) acrescenta que muitas empresas colonizadoras eram de caráter religioso.

Além dos preços atrativos das terras nas novas colônias catarinenses, a existência de muita madeira com possibilidade de comercialização com a Argentina, transportada pelo rio Uruguai, influenciou na decisão de compra dos colonos gaúchos (WERLE, 2011).

A partir de 1922, os descendentes alemães da quarta geração migraram das “velhas colônias” do Rio Grande do Sul para as regiões do extremo noroeste gaúcho e extremo oeste catarinense, onde fundaram as cidades de São Carlos, Palmitos, Porto Feliz e Porto Novo (JUNGBLUT, 2000). Eidt (2011) concorda com Jungblut no essencial, mas afirma que a maioria dos descendentes não era da quarta geração, mas das segunda e terceira gerações dos imigrantes vindos de solos gaúchos, os quais foram recrutados pelas empresas colonizadoras e pela igreja para reinventar as tradições de seus locais de origem.

Para Silva (2010) a colonização na região foi atrasada pela Guerra do Contestado. No entanto, essa guerra contribuiu para o processo migratório pelo fato de ter dispersado a população local, que poderia ter sido um problema para os novos proprietários das terras. A estrada de ferro São Paulo/Rio Grande foi determinante na efetivação das novas colônias de descendentes de italianos no vale do Rio do Peixe, facilitando o acesso e escoamento dos produtos agrícolas. Essas colônias formaram os atuais municípios de Caçador, Videira, Capinzal, Tangará e Piratuba.

Onghero (2013) menciona que os colonizadores eram atraídos para as novas colônias por meio de propagandas realizadas pelas empresas colonizadoras. A fertilidade do solo e a oferta de terra a preços baixos com a possibilidade de pagamentos parcelados possibilitavam o início de uma nova vida. No entanto, grande parte do sucesso da colonização ocorreu devido às relações e a comunicação entre os próprios colonos. Assim que os primeiros colonizadores se instalavam nas propriedades catarinenses, influenciavam seus parentes e amigos a fazerem o mesmo.

3.2 Primeiras colonizações no extremo Oeste Catarinense

A colonização da região do extremo oeste catarinense, iniciada por descendentes alemães, tem seu marco inicial nas colônias localizadas nas margens do rio Uruguai. Após as instalações iniciais e abertura de estradas, mais povoações foram se constituindo, atraindo outros descendentes de origem europeia, principalmente italianos. Com isso, a região formou sua população mesclando essas duas origens étnicas (KOELLN, 1980).

Koelln (1980) destaca que inicialmente duas colônias foram planejadas na bacia do rio Uruguai, Porto Feliz com descendentes alemães evangélicos, e Porto Novo, seguindo o curso do rio, com alemães católicos. Ambas deveriam ser homogêneas para evitar a dispersão de forças de desenvolvimento, pois uma comunidade forte implicaria em ideais sólidos.

Fundada em 1922, Porto Feliz foi o marco inicial da colonização do extremo oeste catarinense. Após o fim do litígio entre Paraná e Santa Catarina em relação à posse da região contestada, a Empresa Colonizadora Chapecó-Peperi Ltda., com sede em Carazinho, no Rio Grande do Sul, adquiriu os direitos de venda das terras. A região foi dividida em treze mil glebas, cada qual com 25 hectares. Juntamente com os primeiros moradores, a empresa enviou para Porto Feliz uma equipe de operários qualificados para começar os trabalhos de derrubada da mata, a medição de aproximadamente 300 lotes de terra, abertura de estradas e a construção de uma casa onde funcionava a sede administrativa da empresa colonizadora e consequentemente da colônia. Com espírito empreendedor e coletivo, também construíram o “Galpão do Imigrante” que servia de abrigo às famílias recém-chegadas até que construíssem suas moradias (KOELLN, 1980).

Os primeiros colonizadores de Porto Feliz vieram da região de New-Wurttemberg (atualmente Panambi - RS). Em seguida, imigrantes da Alemanha chegaram para construir sua nova pátria. Após sua consolidação, a colônia recebeu descendentes alemães vindos do México, Austrália, Hungria, África, entre outros. A região onde se localiza o município de Riqueza foi destinada aos imigrantes alemães vindos da Rússia.

Koelln (1980) conta que em março de 1923, Porto Feliz recebeu a visita de um pastor da Igreja Evangélica da Direção do Sínodo do Rio Grande do Sul. A instituição religiosa queria obter informações sobre a nova colônia. Na carta que redigiu à Direção da Igreja, o pastor mencionou a prosperidade do empreendimento, a fertilidade do solo e o difícil acesso ao local. Citou que os colonos seriam obrigados a se organizarem em cooperativas para transportar sua produção para a Argentina por vias fluviais.

Em 1926, o projeto jesuíta de formar uma colônia homogênea de alemães católicos foi posta em prática por meio da criação de Porto Novo, onde atualmente se localizam os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis (EIDT, 2011).

Eidt (2011) e Werle (2011) mencionam que desde os primórdios das colônias alemães foi assegurada aos filhos a escolaridade mínima (ensino básico até a 4ª série). Esse processo envolveu a comunidade, a igreja, o professor e a empresa colonizadora. As escolas eram paroquiais ou comunitárias e supriam a ausência de escolas públicas. Geralmente, suas acomodações eram a própria igreja. Além da formação moral e intelectual, o professor

controlava a vida cotidiana dos alunos, desempenhando um papel estratégico para os propósitos da comunidade, exercendo diversas funções em favor da coesão e imposição das normas sociais.

Bianchezzi (2008) e Eidt (2011) afirmam que tanto Porto Feliz como Porto Novo foram colonizações planejadas em torno da descendência alemã e da religiosidade, enquanto os demais municípios tiveram colonização mista. Porto Novo teve forte influência dos padres jesuítas, privilegiando os descendentes alemães católicos. Quem não fosse dessa religião e não falasse o idioma europeu não conseguia comprar terras na colônia. Esse modelo atendia ao projeto de colonização dos governantes brasileiros e principalmente da igreja que perseguiram um ideal social com identidade a serviço da religião. Os jesuítas planejavam uma sociedade sem degradação moral, algo que poderia acontecer se houvesse elementos que não fossem da cultura germânica.

Duas décadas depois de sua criação, três quartos dos habitantes da sede da colônia de Porto Novo falavam a língua alemã e, na zona rural, a língua era falada por todos os habitantes. Em sua totalidade, predominava a religião católica (BIANCHEZZI, 2008).

Também em 1926, foi criada a colônia de Cascalho (atual município de Palmitos) nas margens do rio Uruguai, que abrangia os atuais municípios de Palmitos, Cunha Porã e Maravilha. A empresa colonizadora Companhia Sul Brasil dividiu suas terras em colônias de acordo com a etnia e credos religiosos dos novos moradores. Os descendentes de alemães evangélicos foram alocados nas colônias de Palmitos e Cunha Porã, enquanto que os alemães evangélicos que vieram da Rússia se instalaram em Riqueza. Os descendentes de alemães católicos se instalaram em São Carlos e Saudades, cabendo aos italianos as colônias de Caibi (SCHUH, 2011).

Schuh (2011) relata que no início a divisão étnica e confessional foi bem administrada pela empresa colonizadora, mas, com o passar dos anos, os proprietários venderam seus pequenos lotes sem observar a etnia e a religião do comprador. No início da década de 1950, a colônia de Palmitos já abrigava mais de 80 famílias de descendentes de italianos que passaram a predominar no município. O mesmo ocorreu com o município de Riqueza, onde os descendentes italianos predominam atualmente.

Após 14 anos, Cascalho obteve o *status* de vila e foi transferida para Passarinhos. Com a emancipação política administrativa em 1953, o nome foi alterado para Palmitos e uma nova sede foi construída na região central do município onde se localiza até hoje (SCHUH, 2011). A Figura 2 mostra a região do extremo oeste de Santa Catarina, com destaque para os municípios criados a partir das primeiras colônias.

3.3 As atividades econômicas

A derrubada das matas era condição necessária para a instalação dos colonizadores na região. Woloszyn (2007) sintetiza que a extração da madeira foi uma das primeiras atividades econômicas. As toras eram amarradas com cipós formando balsas e transportadas nas épocas de enchentes para serem comercializadas em São Borja, no Rio Grande do Sul e na Argentina. Devido às corredeiras acidentadas, eram transportadas somente quando as águas do rio Uruguai atingissem 4 metros acima do nível normal (WERLE, 2011).

Se por um lado a mata fechada representava um obstáculo para a abertura de terras destinadas ao plantio, por outro representava uma importante fonte de renda. Com o surgimento das primeiras madeireiras na região, os colonos vendiam as toras e recebiam madeira serrada como forma de pagamento (WOLOZSYN, 2007).

A produção rural era realizada com plantios de acordo com as estações do ano. O cultivo das terras era praticado com base nos conhecimentos adquiridos com os antepassados oriundos da Europa (PEREIRA, 2007).

Já no início da colonização eram perceptíveis às mudanças implantadas pelos novos colonos em relação às tecnologias, conhecimentos científicos, ideias religiosas e costumes. As propriedades de descendentes de italianos se destacavam pelos parreirais e pela variedade de alimentos produzidos, especialmente milho, feijão, alface e fumo (WERLE, 2011).

Nas primeiras três décadas da colonização, as famílias produziam alimento para subsistência e criavam animais domésticos (BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013). Plantavam feijão e milho e, em menor intensidade, criavam suínos, aves e bovinos (PLEIN, 2003). O milho era destinado ao consumo da família e para o trato dos animais domésticos. A produção excedente de feijão e de suínos era comercializada para comprar produtos como querosene, sal, tecidos, calçados entre outros, que não eram produzidos na propriedade (ONGHERO, 2013).

Segundo Paim (2006) o sistema produtivo era baseado na pequena propriedade e na agricultura familiar. No entanto, a comercialização era difícil, haja vista a falta de mercado consumidor e as dificuldades de escoamento da produção para regiões distantes. Para absorver a produção excedente, os produtores iniciaram a criação de suínos que eram comercializados em Curitiba e São Paulo, constituindo a base para a indústria da carne.

Na década de 1940 foi construído em Chapecó o primeiro frigorífico para abate e industrialização de suínos. Na década seguinte, a industrialização de suínos foi expandida e

foram instalados frigoríficos de aves (PAIM, 2006). A partir de 1950, o governo catarinense investiu em obras de infraestrutura que contribuíram para desenvolver a região (PEREIRA, 2007).

Foi necessário ampliar a cadeia produtiva para que a produção chegasse ao mercado consumidor. Houve a expansão dos pequenos matadouros de animais que abasteciam as comunidades locais e que se transformaram em frigoríficos e passaram a fornecer carne para mercados além dos limites regionais e estaduais. Com a ampliação desta atividade econômica, parte da mão de obra passou a migrar para o setor secundário, o que resultou no incremento da formação técnica da região (PEREIRA, 2007).

Nos anos seguintes, Chapecó se constituiu num polo regional atraindo pessoas de todos os pequenos municípios da região. O processo de industrialização caminhou a passos largos e possibilitou a instalação de agroindústrias como a Sadia e a expansão dos frigoríficos da Cooper Central Aurora e Frigorífico Chapecó. A produção da agropecuária regional era industrializada nessa cidade (PAIM, 2006).

Simultaneamente à industrialização, Paim (2006) menciona que ocorreu a modernização do campo e dos processos produtivos de criação de aves e suínos. Na produção de aves foi implantado o sistema de “parcerias” no qual os produtores contribuem com a propriedade, as instalações e a mão de obra, enquanto a agroindústria controla a produção com muita rigidez. Estão sob suas responsabilidades a criação de pintos e a sua distribuição aos criadores, assim como toda a assistência técnica, produção de alimentos e fornecimento de medicamentos. A empresa determina o momento da retirada das aves do produtor e seu abate.

Estrutura semelhante passou a ser empregada na criação de suínos, mudando totalmente a relação entre produtores e a indústria. Na década de 1960, a Sadia começou a introduzir novas raças de suínos importadas dos Estados Unidos e da Europa. Acostumados com os métodos tradicionais de produção, muitos produtores resistiram às mudanças. A agroindústria inventou uma doença chamada de peste suína africana e criou um pretexto para eliminar todos os animais de raça comum, impondo as novas raças produzidas dentro de novos padrões de higiene e alimentação. Os produtores que não se enquadraram nos padrões estabelecidos foram excluídos e seus animais não foram mais aceitos (PAIM, 2006).

Paim (2006) enfatiza que a modernização da agricultura aconteceu em vários setores, com destaque para as pesquisas genéticas. A implantação das agroindústrias e o novo cenário possibilitaram que outras indústrias fornecessem produtos industrializados, como rações.

Os investimentos em tecnologias no meio rural possibilitaram a expansão da criação de suínos e aves, assim como a produção de rações. Métodos produtivos eficientes foram desenvolvidos para atender as exigências do consumidor final. A complexidade da cadeia produtiva atraiu a atenção de vários órgãos de apoio e políticas públicas eficientes. Neste sentido, a partir da década de 1970, muitos cursos de ensino superior foram instalados na região. Com foco nas características locais e suas atividades produtivas, a difusão do conhecimento resultou em evolução do capital social, com conhecimento técnico e intelectual, essenciais para o desenvolvimento (PEREIRA, 2007).

A produção de leite é outra fonte de renda do produtor rural. A atividade leiteira no Brasil é a principal responsável pela redução do êxodo rural para os centros urbanos, haja vista que o leite é um dos poucos produtos agropecuários que propicia renda mensal. O Estado de Santa Catarina ocupa a 5ª posição no *ranking* nacional entre os Estados produtores de leite, sendo a região oeste catarinense a 3ª bacia leiteira do país (FISCHER *et al.*, 2011).

Nessa região, a atividade leiteira está em expansão contínua, com possibilidade de se tornar a principal fonte de renda dos produtores rurais. As propriedades rurais com até vinte hectares são responsáveis por mais de 70% da produção do Estado, o que demonstra a importância para os produtores (FISCHER *et al.*, 2011).

Atualmente a agricultura familiar é a base da economia regional. Dos municípios da região do extremo oeste, somente Mondaí e São Miguel do Oeste possuem uma população majoritária urbana devido a um intenso processo de industrialização e urbanização que ocorreu nos municípios nas últimas décadas (BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013).

No próximo capítulo é apresentada a metodologia de pesquisa, e abordadas as variáveis utilizadas.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta as técnicas e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, a obtenção de dados e as variáveis analisadas.

4.1 Método de pesquisa

Na metodologia científica a análise e a síntese são constantes e inseparáveis. Ao mesmo tempo em que na análise o problema complexo é estratificado em partes simples que permitem seu entendimento, a síntese caminha no sentido inverso. Os resultados obtidos nas partes simples e menores são somados e interpretados para obter a solução do problema complexo (SANTOS; PARRA FILHO, 2012).

A preocupação em descobrir e explicar a natureza existe desde os primórdios da humanidade. O objetivo da atividade científica é conhecer a verdade por meio da comprovação das hipóteses, que são os elos de comunicação entre a observação da realidade e a teoria científica para explicar a realidade. O método engloba todas as atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar o objetivo, definindo o caminho que deve ser seguido para auxiliar nas decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2009).

Como método de procedimento utilizou-se o estudo de caso. Conforme Lakatos e Marconi (2009) o estudo de caso se refere a um levantamento profundo de determinado caso ou grupo humano contemplando todos os seus aspectos.

A opção da técnica utilizada foi feita de acordo com o objeto de estudo, sendo que para a realização de pesquisas científicas existem várias abordagens possíveis (MARQUES *et al.*, 2008). Na abordagem quantitativa os dados coletados podem ser matematizados e a análise é feita por meio de tratamento estatístico. O pesquisador utiliza tabelas, gráficos, porcentagens e estudos probabilísticos na interpretação dos resultados. Utiliza como

instrumentos de coletas dos dados os questionários fechados, aplicação de testes padronizados de múltipla escolha entre outros (MARQUES *et al.*, 2008).

Na abordagem qualitativa os dados não podem ser matematizados e utiliza-se instrumentos de coleta dos dados como a entrevista, questionários abertos entre outros (MARQUES *et al.*, 2008). Nessa abordagem o pesquisador analisa e interpreta dados mais profundos para descrever a complexidade do comportamento humano. Analisam-se detalhadamente os hábitos, atitudes, tendências de comportamento sem utilizar instrumentos estruturados de coleta de informações (LAKATOS e MARCONI, 2009).

Conforme Marques *et al.* (2008), uma pesquisa científica pode abranger as duas abordagens e sua nomenclatura se dá de acordo com a ênfase aplicada: a abordagem quali-quantitativa dá ênfase aos aspectos qualitativos, enquanto a abordagem quanti-qualitativa aborda principalmente os aspectos quantitativos. Nesse trabalho, foi adotado o método qualitativo, haja vista que a pesquisa é exploratória. A maioria das informações foi obtida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. No entanto, parte das informações foi obtida por meio de pesquisa de campo, a partir de entrevistas com personalidades locais.

A pesquisa exploratória se constitui num procedimento que visa obter maiores informações sobre determinado tema, com a finalidade de chegar a problemas específicos e estabelecer hipóteses (MARQUES *et al.*, 2014). Muitas informações foram obtidas por meio de entrevistas formais e informais junto a líderes políticos e sociais da região oeste catarinense.

Para a obtenção dos dados e informações foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica tem o intuito de proporcionar um conhecimento prévio do estágio em que se encontra um assunto. Por meio desse tipo de pesquisa é possível conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis em relação a um determinado assunto e explicar um problema com base na fundamentação existente. A coleta de dados bibliográficos, ou dados secundários, é obtida mediante consultas em livros, revistas, jornais entre outros (MARQUES *et al.*, 2008).

A pesquisa documental é idêntica e complementar à pesquisa bibliográfica, mas é realizada por meio de análises em atas, ofícios, mapas, contratos, processos, fotografias, entre outros (MARQUES *et al.*, 2014). Para Severino (2007) documentos não impressos como filmes e gravações podem ser utilizados como fonte de pesquisa documental. Esses conteúdos servem como matéria prima, a partir do qual o pesquisador desenvolve sua investigação e análise. Eles são qualificados de dados primários, porque ainda não tiveram um tratamento analítico.

4.2 Obtenção dos dados

Os dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas.

No caso da pesquisa bibliográfica foram consultados livros e artigos científicos. Os livros foram obtidos junto a bibliotecas das universidades de Campo Grande e da região oeste de Santa Catarina. Os artigos pesquisados se encontram em revistas impressas ou na internet.

Para a pesquisa documental foram analisados mapas da região oeste, desde a sua criação, após o término da Guerra do Contestado, até os dias atuais. Esses mapas foram encontrados na internet e em livros. O jornal da Cooperativa A1, maior cooperativa agropecuária da região oeste de Santa Catarina, em sua edição especial de comemoração dos 80 anos publicado em 2013, contribuiu com informações.

Entrevistas foram conduzidas junto à líderes políticos, como um vereador de Mondaí, um vereador de São Miguel do Oeste, um ex-prefeito de Iporã do Oeste, um vereador de São João do Oeste e o secretário da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Palmitos. Essas entrevistas permitiram a obtenção de informações sobre o papel do Estado na criação de capital social. Foram também obtidas informações em relação ao apoio do Estado na organização de associações comunitárias, redes de associações e a descentralização política realizada por meio da criação das SDR, além da formação populacional e da proporção estimada de cada etnia na população dos municípios.

Além de políticos foram entrevistados líderes cooperativistas da Cooperativa A1, especificamente o Gerente da unidade de Mondaí e um ex-vice-presidente, para obter informações sobre o cooperativismo, os tipos de cooperativas criadas na região e a disseminação dos princípios cooperativistas. Também foram ouvidos dois colonizadores que residem em Iporã do Oeste, oriundos da antiga colônia gaúcha Dona Isabel, atual município de Garibaldi, para entender sua forma de atuação na construção e desenvolvimento das comunidades rurais e no próprio desenvolvimento local da região oeste de Santa Catarina. As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e julho de 2014.

4.3 Variáveis utilizadas na pesquisa

As variáveis pesquisadas foram classificadas em três dimensões, sendo que as duas primeiras correspondem aos objetivos específicos e a última ao papel do capital social sobre o desenvolvimento local da região oeste, objeto da pesquisa.

A primeira dimensão avalia o papel do Estado, em nível da região pesquisada e do Estado de Santa Catarina, na criação e desenvolvimento do capital social no oeste de Santa Catarina. Foram avaliadas as características seguintes:

- Consolidação da solidariedade entre os membros da comunidade (aspecto desenvolvido por Lin, 1999) e a existência de uma cultura de reciprocidade na região (aspecto levantado por Putnam, 1993);
- Construção de normas comuns, com presença de sanções e apoio das autoridades locais (LIN, 1999). Estrutura social densa, formada por associações voluntárias (BANDEIRA, 2003);
- Incentivo na criação de redes sociais e na participação dos habitantes nessas redes (variáveis identificadas por Furlanetto, 2008; Putnam, 1993);
- Construção de práticas sociais e culturais nas ações das pessoas da região (elementos destacadas por Castilhos, 2001; D'Araújo, 2010) e fortalecimento da cultura cívica e da confiança interpessoal (PUTNAM, 2007).
- Fortalecimento do capital social comunitário, de ponte e institucional (FURLANETTO, 2008, LIN, 1999).

O papel da Igreja sobre a criação de capital social foi avaliado a partir dos mesmos aspectos indicados para avaliar o papel do Estado.

A última parte da análise consistiu-se na identificação do papel do capital social no desenvolvimento da região do Oeste de Santa Catarina, conforme objetivo da pesquisa. As variáveis pesquisadas foram:

- Mobilização coletiva (ÁVILA, 2000) e envolvimento da comunidade nas relações sociais, atividades produtivas, culturais e ambientais para elaboração de estratégias de desenvolvimento (TENÓRIO, 2004).
- Coordenação das relações sociais e dos meios produtivos (aspecto identificado por Tenório, 2004) e estrutura social formada pelas interações entre os atores produtivos, instituições e organizações de apoio (TENÓRIO, 2004; MULS, 2008; VILPOUX; OLIVEIRA, 2010).

- Construção do território pela ação coletiva (RAFESTIN, 1993) e com identidade cultural (BRAND, 2001).
- Construção de identidade e organização social envolvendo canções, valores e crenças (variáveis identificadas por SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009) com base nas regras, normas e símbolos da região (MULS, 2008).
- Preservação da cultura, confiança interpessoal e cooperação (aspectos citados por D'ARAÚJO, 2010) e sentimento de pertencimento e identidade regional (DURSTON, 2002). A cultura e a moral norteia a conduta das pessoas (BECKER, 2003).
- Presença de organismo, associações e instituições locais com regulação própria (MULS, 2008) e gestão sustentável das atividades produtivas da região oeste (MORAES, 2003).
- Formação de redes de associações que impulsionam o desenvolvimento da região (variável citada por TUAN, 2012) e relações sociais que envolvem conhecimento e participação política nas decisões (REIS, 2003; MORAES, 2003).

No próximo capítulo serão apresentados os resultados referentes ao papel do estado e da igreja na criação de capital social na região oeste catarinense. Por último, será abordada a relação entre capital social e desenvolvimento social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de acordo com as variáveis identificadas na metodologia. Inicialmente apresenta-se o papel do Estado na criação e no desenvolvimento do capital social na região oeste de Santa Catarina. A segunda parte destaca-se o papel da Igreja no desenvolvimento do capital social na região oeste de Santa Catarina, seguida da análise do papel do capital social no desenvolvimento da região do oeste catarinense.

5.1 Papel do Estado na criação de capital social

Os resultados são apresentados de acordo com as variáveis identificadas na metodologia.

5.1.1 Construção de práticas sociais e culturais

Este item aborda o papel do Estado na construção de práticas sociais e culturais, a partir da colonização da região oeste catarinense, que possibilitou a formação de comunidades homogêneas com hábitos sociais e culturais comuns.

Desde o descobrimento da América, milhares de imigrantes europeus atravessaram o oceano para viver no novo continente. O Brasil recebeu os primeiros colonos portugueses a partir da segunda metade do século XVIII. No entanto, a ocupação sistemática das matas ocorreu a partir de 1824 com os incentivos para a emigração de alemães para o Rio Grande do Sul. A partir da década de 1870, um contingente de imigrantes de origem italiana chegou ao Brasil e ocupou a região da serra gaúcha (BUBLITZ, 2006).

Os problemas econômicos e o crescimento demográfico que afetaram a Europa foram determinantes para a emigração de alemães e italianos para o Brasil. No período de

1815 até 1914, a população do continente europeu cresceu de 180 para 450 milhões de habitantes, provocando a evacuação de 40 milhões de pessoas, sendo 85% para a América. A unificação tardia tanto da Itália quanto da Alemanha, no início da década de 1870, contribuiu para a evasão populacional nesses países (PELLANDA, 2014).

O crescimento populacional da Europa elevou a densidade demográfica da região. Para sobreviver, as pessoas precisaram sair de seus países e aos poucos foram ocupando as áreas disponíveis dos países vizinhos. Não havendo mais terras para se instalarem na Europa e a iminência das guerras mundiais forçou muitos europeus a emigrarem para a América.

O processo de desenvolvimento econômico rural do sul do Brasil foi projetado a partir da vinda de imigrantes europeus para a formação de colônias rurais baseadas na agricultura familiar. Para ocupar as colônias, o governo contratou duas empresas privadas para trazer os colonos europeus (PELLANDA, 2014).

De acordo com o depoimento de um neto de um colonizador italiano que se instalou na colônia de Dona Isabel, no Rio Grande do Sul, e que posteriormente se mudou para o município de Mondaí, em Santa Catarina, os colonos italianos foram selecionados na região norte da Itália, principalmente em Vêneto e Bergamo. Somente foram trazidos para o Brasil pessoas de pouca idade, recém-casados e com espírito empreendedor. Entre os critérios de avaliação e seleção estavam a organização e o cultivo da propriedade, além da conduta moral da família e de seus antepassados. No entanto, nem todas as famílias de colonizadores vieram diretamente da Itália. Ele conta que muitos vieram da Romênia.

Para Bavaresco, Franzen e Franzen (2013) a colonização da área deveria formar uma população de acordo com os interesses do Estado. Os “brasileiros” que habitavam a região eram entendidos como atrasados, com métodos de trabalhos rudimentares, o que dificultava o progresso (WERLE, 2011).

O interesse do governo brasileiro no desenvolvimento econômico rural do país contribuiu para a criação de práticas sociais e culturais na região oeste catarinense. A Guerra do Contestado foi um marco divisório na história de Santa Catarina, uma vez que praticamente dizimou a população heterogênea da região que era formada por nativos, caboclos, descendentes de espanhóis e portugueses. A ocupação das terras por descendentes de italianos, alemães e alguns poloneses possibilitou a criação de comunidades homogêneas com novas dinâmicas produtivas, sociais e culturais.

A presença dos colonos europeus resultou na implantação de uma agricultura familiar de subsistência que se tornou uma das mais importantes atividades econômicas do Estado. As pequenas propriedades agrícolas proporcionaram a diversificação da produção, a

inserção de novas técnicas, aspectos culturais, a língua, as festas, a música, a religiosidade entre outras características da região (BEZZI; ROSSO; VOIGT, 2012).

As colônias foram planejadas de acordo com a etnia e a religião das pessoas. Como os novos moradores vieram da Itália, Alemanha ou das primeiras colônias europeias formadas na serra gaúcha, possuíam as mesmas culturas e hábitos de convívio social. A organização das colônias em comunidades homogêneas fortaleceu as práticas sociais com espírito comunitário baseado na confiança e na ajuda mútua. Os colonos mantiveram vivas as heranças de seus antepassados por meio da cultura e do idioma trazido dos países de origem.

Como o Estado Brasileiro não se preocupou com a organização social das colônias, coube aos próprios colonizadores criar mecanismos de organização e sobrevivência, amparados pela igreja e alicerçados nos seus conhecimentos e experiências socioculturais. Diante disso, o fortalecimento das instituições comunitárias como a igreja e a escola foi determinante para a sobrevivência das pessoas e o desenvolvimento das colônias.

A ausência de políticas públicas que abarcassem a região oeste de Santa Catarina resultou na criação e desenvolvimento de práticas sociais e culturais fundamentadas na cultura, por meio de um método de ensino escolar religioso para todos os filhos dos colonizadores. Os professores eram pessoas da própria comunidade que doutrinavam na língua europeia. Muitas pessoas sequer aprenderam a língua portuguesa, ou então, falavam com muita dificuldade.

Eidt (2011) e Werle (2011) contam que o processo doutrinário da escola foi interrompido com a participação do Brasil na 2ª guerra mundial. Nesse período, os descendentes sofreram com as consequências de seu isolamento e o sentimento patriótico das origens europeias. O poder público se expressou no espaço geográfico até então ignorado pelo Estado brasileiro.

Centenas de pessoas foram perseguidas, humilhadas e presas. Muitas delas tiveram que vender seus bens e se mudar para regiões afastadas, onde foram obrigadas a prestar serviços forçados. Surgiu um movimento de nacionalização a partir das escolas. Os professores, até então particulares e comprometidos com o projeto católico, foram afastados e novos mestres foram designados pelo poder público. Em várias colônias, os novos professores não foram aceitos e impedidos de trabalhar. Somente após o fim da guerra muitas escolas voltaram a funcionar (EIDT 2011; WERLE, 2011).

Se por um lado o processo de nacionalização oprimiu as colônias de descendentes europeus, por outro reforçou o sentimento patriótico e a cultura dos países de origem. Muitas escolas voltaram a funcionar de maneira idêntica ao período que antecedeu a guerra,

principalmente nas colônias alemãs que mantiveram seus professores comunitários ensinando a língua alemã. A partir da segunda metade do século XX, a ocupação das terras do oeste catarinense foi intensificada. As escolas rurais aos poucos foram adaptadas aos métodos nacionais de ensino por meio da língua portuguesa. Os filhos dos descendentes europeus tiveram muitas dificuldades, já que tiveram o primeiro contato com a língua portuguesa na escola.

Com o fim da ditadura militar, o governo brasileiro aceitou a diversidade cultural e autorizou o ensino de uma língua estrangeira no ensino fundamental das escolas públicas. Diferente das demais regiões do Brasil, a língua alemã continua sendo ensinada nas escolas das colônias de descendentes europeus. Atualmente, é comum os filhos de alemães aprenderem desde criança a língua germânica e posteriormente aprender a língua portuguesa. Junto com a língua estrangeira, as práticas sociais e culturais foram mantidas e estão arraigadas no tecido social da região.

5.1.2 Fortalecimento do capital social comunitário, de ponte e institucional

Este item elenca o papel do Estado no fortalecimento do capital social comunitário, de ponte e institucional a partir da Guerra do Contestado e a definição dos limites territoriais do Estado catarinense. A ausência de políticas públicas e o abandono das colônias europeias que ficaram isoladas incentivaram a criação de capital social e a construção de instituições locais.

No início do século XX a região do extremo norte gaúcho, que abrange desde o município de Cerro Largo até Erechim, ainda mantinha sua mata fechada devido à resistência do governo gaúcho em ceder o território para as companhias colonizadoras particulares. Essa decisão fez com que os colonos se instalassem no oeste de Santa Catarina e implantassem a agricultura familiar, baseada nas pequenas propriedades organizadas em comunidades rurais (KOELLN, 1980).

No oeste catarinense, os colonizadores encontraram terras muito idênticas às propriedades que possuíam nas velhas colônias gaúchas. A região possui muitos rios, bastante revelo ou coxilhas, o que favoreceu a implantação de uma organização social, produtiva e econômica similar à estrutura da serra gaúcha ou dos países de origem.

O governo brasileiro foi determinante para a colonização da região oeste catarinense a partir de sua política de colonização e pela construção da estrada de ferro São

Paulo/Rio Grande que desencadeou na Guerra do Contestado. A partir da solução da “Questão do Contestado”, que encerrou as disputas sobre a região entre o Paraná e Santa Catarina, o governo catarinense ficou responsável por organizar administrativamente essa área (WOLOSZYN, 2007).

Com o fim da guerra e o acordo entre Paraná e Santa Catarina em 1916, a região oeste catarinense passou a existir a partir de 1917 com a criação dos municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atualmente Joaçaba) e Chapecó (BAVARESCO, FRANZEN e FRANZEN, 2013). Seus primeiros colonizadores foram descendentes de italianos que vieram das colônias da Serra Gaúcha. A partir de então, o processo de colonização foi acelerado com a formação de várias colônias de descendentes alemães, italianos e alguns poloneses em toda a região oeste, se estendendo até a bacia do rio Uruguai no extremo oeste, na fronteira com a Argentina (PAIM, 2006). A Figura 3 mostra o Rio Uruguai, desde a sua nascente no Rio Pelotas até a sua foz no Rio da Prata na Argentina.



Figura 3: Bacia do Rio Uruguai

Fonte: Pegorim (2014). Adaptado pelo autor.

O rio Uruguai era o único meio de acesso até a região oeste. A partir da criação das primeiras colônias, a abertura de picadas, estradas e novos povoados homogêneos gerou o desenvolvimento de uma sociedade coesa baseada em seus princípios morais e

religiosos estruturados na família e no espírito coletivo. Era a estrutura ideal para a criação e desenvolvimento do capital social comunitário.

Paim (2006) indica que para garantir definitivamente a posse das terras, o governo catarinense entregou às companhias colonizadoras, a maioria pertencente a empresários gaúchos, o direito de lotear e promover a migração com colonizadores de origem europeia.

O Estado catarinense se preocupou somente com a concessão das terras, deixando a organização das colônias e sua infraestrutura com as empresas colonizadoras, em sua maioria de caráter religioso. Devido aos colonos terem vindos do Rio Grande do Sul e as grandes relações com esse Estado, o oeste catarinense sempre esteve mais próximo do Estado gaúcho. A preocupação das empresas colonizadoras era construir estrada até as cidades do outro lado do rio Uruguai (WERLE, 2011).

A distância da região oeste até a capital Florianópolis é de aproximadamente 700 km, o que dificultou sua inserção no contexto regional e estadual, causando um sentimento de abandono. Por outro lado, a distância até as colônias da serra gaúcha é de cerca de 400 km, aspecto fundamental para a comunicação e formação de capital social de ponte. Devido a isso, os moradores mantinham maiores relações e afinidade com o Rio Grande do Sul (KOELLN, 1980).

O sentimento patriótico pelo Estado Rio-grandense persiste até hoje e a cultura gaúcha é muito forte em toda a região oeste de Santa Catarina. Os hábitos e costumes dos gaúchos nativos foram inculturados pelos descendentes de europeus e trazidos para as novas colônias. Praticamente todas as cidades da região possuem Centros de Tradições Gaúchas (CTG), uma associação de pessoas que mantém as tradições farroupilhas. As tradições são mantidas por meio das danças, do chimarrão, a culinária, especialmente o “churrasco gaúcho”, as músicas nativistas e a pilcha (vestimenta tradicional – botas, bombacha, lenço, chapéu e o poncho). A prática de competições de laços nos tradicionais “rodeios crioulos” é considerado um esporte, e, juntamente com a música, representa um simbolismo regional. O hino farroupilha é conhecido dos catarinenses da região oeste.

As associações esportivas são muito importantes para a criação de capital social. Nesse sentido, a cultura gaúcha é marcante, principalmente no futebol, onde praticamente todas as pessoas da região oeste são torcedores de Internacional e Grêmio, os dois principais clubes esportivos do Rio Grande do Sul. São inúmeros os municípios catarinenses que possuem associações de torcedores e consulados desses clubes, conforme se pode observar na Figura 4, uma placa instalada na entrada da cidade de Mondai.



Figura 4 - Placa do Consulado do Sport Club Internacional.

Fonte: Valdemir Orso (2015).

Essas associações e consulados desenvolvem ações sociais nas comunidades, promovem eventos e captam associados para os clubes. Realizam frequentes excursões de torcedores e sócios para assistir os jogos de futebol em Porto Alegre, fortalecendo o capital social de ponte.

Desde o início da colonização da região, os hábitos e a cultura europeia foram mesclados com os hábitos e a cultura gaúcha. Obviamente que a proximidade física e relacional entre os territórios fortaleceu essa relação, somada ao descaso do Estado catarinense. Diante disso, Rio Grande do Sul e a região oeste são culturas irmãs, pois possuem culturas e hábitos idênticos, elementos fundamentais para a existência de capital social.

Somente em 1929, após uma visita do então Presidente do Estado de Santa Catarina às colônias do extremo oeste, foi dada alguma atenção à região. Foi iniciada a construção da estrada (atualmente BR 386 e BR 282) que liga o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e a vizinha Argentina. Essa rodovia facilitou a criação e o desenvolvimento de vários povoados situados à sua margem e foi determinante para a colonização de São Miguel do Oeste na década de 1940, atual polo econômico regional (KOELLN, 1980).

No entanto, a construção da estrada evoluiu num ritmo lento, o que dificultou a criação de novas comunidades ao longo da picada existente no meio da mata. Essa situação dificultava ainda mais as condições de sobrevivência das pessoas, uma vez que nem todos os mantimentos necessários para a sua sobrevivência eram produzidos nas colônias. Para suprir as necessidades, era comum a troca de produtos e favores entre os vizinhos e membros da

comunidade. Em épocas de colheitas ou quando alguém tinha alguma dificuldade e necessitava de ajuda, os mutirões comunitários eram a alternativa encontrada. A vida social se restringia aos vizinhos e aos encontros comunitários em torno da igreja ou da escola. Se por um lado as dificuldades de mobilidades fortaleceram o capital social comunitário, por outro impediu que as pessoas mantivessem relações com outras comunidades e criassem capital social de ponte.

O presidente da República, Getúlio Vargas, em um discurso na cidade de Blumenau, SC, assumiu a responsabilidade pelo isolamento e abandono das colônias europeias no meio das imensas florestas. Disse que estas custaram a assimilar à sociedade nacional e a falar a língua portuguesa, ressaltando que a culpa foi dos governos brasileiros (EIDT, 2011).

O isolamento dos colonizadores no meio da mata impôs muitos obstáculos nos primeiros anos. Para superar as dificuldades tiveram que recorrer às ações coletivas. O fato de as colônias serem homogêneas em relação à etnia e a religião contribuiu para a coesão social em torno da vida comunitária. A dependência entre os vizinhos nos momentos de dificuldades fortaleceu a confiança e as regras de reciprocidade, criando alto grau de capital social comunitário.

Para facilitar a integração e a participação dos colonos nos eventos comunitários, as colônias foram estruturadas em linhas coloniais de maneira que as comunidades rurais não ficassem afastadas uma das outras, com seus lotes próximos do centro da comunidade. Geralmente, a comunidade era composta por uma igreja, uma escola, um cemitério, e quando possível, uma venda com produtos básicos. Para que as crianças pudessem ir diariamente até a escola, a distância máxima dos lotes até o centro da comunidade era de 4 a 5 km. Esse sistema é conhecido como travessão, ou espinha de peixe, organizado junto ao curso dos rios com os lotes transversais (WERLE, 2011).

Os lotes eram medidos a partir do leito da água, ou rio, até o topo de morros, colinas ou outros leitos de água, normalmente em formato retangulares, estreitos e longos. O nome das linhas tomava como referência aspectos de relevo, como Serra Alta ou Taipa Alta; ou então hidrográficos, religiosos e vegetais, como Sanga Forte, Laranjeira, São Lourenço entre outros. Era comum famílias inteiras se estabelecerem em lotes próximos, e, em alguns casos, adotou-se o sobrenome da família como nome da linha (ONGHERO, 2013).



Figura 5 - Centro da comunidade rural de Taipa Alta, município de Iporã do Oeste, SC.
Fonte: O autor (2014).

A Figura 5 mostra o centro da comunidade rural de Taipa Alta, no município de Iporã do Oeste, com destaque para a igreja, a escola de ensino fundamental, o antigo salão de festas com a cancha de bochas ao fundo (esporte trazido para o Brasil por descendentes de italianos) e o novo pavilhão comunitário.

As comunidades possuem sua organização social em torno de suas instituições comunitárias. Diversas formas de associações compõem a estrutura social, como a associação religiosa, associação de pais e professores (nas comunidades que ainda mantém a escola comunitária), clubes esportivos, associação de moradores entre outros. Essa construção e organização social é fruto do capital social comunitário, de pontes e institucional, já que a condição das instituições do território possibilita acesso a recursos que geram o bem estar comum.

A organização social em formato de espinha de peixe contribui para a gestão dos recursos naturais, principalmente a água, pois as atividades econômicas praticadas na região dependem desse recurso. O fato de os moradores serem da mesma etnia, religião, família ou terem vindos da mesma região facilitou o convívio coletivo e associativista. As experiências

cooperativistas foram implantadas e geraram capital social de ponte e institucional, construindo redes de relacionamentos que permitiram acesso aos recursos externos em benefício da região. Rossés *et al* (2010) enfatizam que o cooperativismo é uma alternativa de sobrevivência para a agricultura familiar estruturada nas pequenas propriedades rurais.

De acordo com moradores antigos da região, a organização das pessoas em associações viabilizou a ajuda do governo estadual para impulsionar o desenvolvimento regional. Após a segunda metade do século XX, diversas obras de infraestrutura, como a construção de estradas, possibilitaram acesso aos municípios do oeste. Contudo, foi a partir da década de 1990 que as rodovias estaduais foram asfaltadas, facilitando a comunicação, comercialização da produção e a socialização das comunidades da região. Atualmente, todos os municípios do oeste de Santa Catarina possuem seus acessos pavimentados. Com as rodovias, as pessoas passaram a interagir com pessoas de outras comunidades e municípios, principalmente pela realização de eventos esportivos, atividades cooperativistas, festas comunitárias e municipais. A participação nesses eventos viabiliza e fortalece o capital social de ponte.

Por meio da sociedade civil organizada, com o envolvimento das lideranças políticas, associações comunitárias, agropecuárias e industriais, recentemente o governo estadual aprovou um projeto de construção da “ferrovia do frango” que vai interligar a região oeste, desde a cidade de São Miguel do Oeste até o porto de Itajaí. Essa obra deve melhorar o escoamento da produção de toda a região oeste.

5.1.3 Construção de normas comuns

Esse item aborda o papel do Estado na construção de normas comuns a partir da formação de comunidades rurais homogêneas. A padronização das práticas sociais fortaleceu as instituições como a família, escola, igreja e as cooperativas criadas na região.

A organização social em formato de espinha de peixe possibilitou que todas as famílias tivessem acesso ao centro das comunidades. Nessa estrutura, a coluna (espinha) corresponde ao rio (riacho ou sanga) e os lotes de terra as vértebras (costelas). No início da colonização, o rio não fornecia apenas a água para a sobrevivência humana e dos animais, mas servia como fonte de alimentação, já que a caça e a pesca eram praticadas por uma questão de necessidade. A partir do entendimento de que os recursos se constituem em bens

comuns, o uso consciente se fortaleceu sob um sistema de governança estruturado nas necessidades e consciência de todos os moradores que usufruíam dos recursos.

Como os hábitos culturais eram idênticos, as pessoas possuíam a mesma mentalidade em torno da vida social e do convívio comunitário. Inseridos em uma região abandonada pelo Estado Brasileiro, as ações das pessoas eram amparadas pelas normas morais da igreja e da família, que orientavam a conduta das pessoas enraizadas na cultura, nas crenças e hábitos inerentes à sua formação e caráter. Nesse contexto, as pessoas que infringissem as normas sofriam sanções morais e a perda da confiança entre os vizinhos e na comunidade, o que acarretava na exclusão do convívio social e tornava a punição mais constrangedora do que qualquer punição física ou perda da liberdade. Em uma comunidade praticamente fechada e isolada em meio à mata, com poucos recursos ou meios de comunicação com outras comunidades, as normas e regras institucionalizadas serviam de parâmetro e orientação das pessoas.

O conjunto de normas comuns e sanções morais fortaleceu o capital social da região e conduziu as comunidades para um estágio de desenvolvimento produtivo, econômico, cultural e social estruturado nas relações de confiança e reciprocidade.

5.1.4 Fortalecimento da cultura cívica e da confiança interpessoal

Essa parte enfatiza o papel do Estado no fortalecimento da cultura cívica e da confiança interpessoal. São abordadas as relações de confiança entre as pessoas e sua participação em associações e cooperativas.

Isolados em um espaço geográfico com poucas alternativas de apoio externo, os colonizadores recorreram uns aos outros para sustentar suas famílias e melhorar suas vidas. Nos momentos de dificuldades, os vizinhos se ajudavam naquilo que fosse necessário ou possível de se fazer. As trocas de favores, ferramentas e utensílios eram constantes. Quando alguém carneava um suíno ou bovino, o vizinho ajudava e recebia parte do animal ou uma lata de banha. Na próxima oportunidade, a ajuda e os produtos eram devolvidos. Nesse sistema, a ajuda mútua e as relações de confiança interpessoal fizeram parte das relações sociais da região oeste.

Bandeira (2003) cita que tanto a competição como a cooperação são comportamentos que visam objetivos materiais comuns. É a relação com esses objetivos que mantém as pessoas separadas ou unidas. O envolvimento das pessoas em associações

voluntárias fortalece o capital social e ajuda no desenvolvimento das comunidades. O “deserto de manifestações associativas” resulta na ausência de capital social, com pouco ou nenhum desenvolvimento.

Na região oeste de Santa Catarina, existem diversas formas de associações formais e informais oriundas da confiança interpessoal. A agropecuária constitui a base produtiva e econômica regional, com os produtores unidos em cooperativas agropecuárias ou integrados em agroindústrias. A produção de suínos, aves e leite gera muitos dejetos, e a sua correta destinação e utilização é fundamental tanto para a natureza quanto para a propriedade rural. Como a maioria das propriedades rurais possuem até 15 hectares, as áreas são insuficientes para a alocação de todos os dejetos gerados. Para a viabilização de crédito destinado à construção de chiqueiros e aviários junto às instituições financeiras, os produtores rurais se responsabilizam pela destinação dos dejetos, atendendo à legislação ambiental.

A alternativa encontrada pelos produtores foi ceder o produto aos vizinhos para usar como adubação orgânica e a consequente substituição do adubo químico. Em troca, os vizinhos retribuem com o seu trabalho nos dias de carregamento dos suínos e aves. Semanalmente há movimentação de tratores equipados com tanques pipas recolhendo esterco para ser distribuído nas propriedades. Nesse contexto, a confiança interpessoal é moeda vigente na comunidade.

Os produtores que não são associados em cooperativas vendem seus produtos de acordo com os preços praticados pelo mercado. Para melhorar os lucros, é comum a criação de grupos de vizinhos que se unem para obter melhores condições de comercialização. Como produzem uma quantidade significativa de leite, negociam com as empresas lácteas melhores preços. O produto é entregue em nome de um único produtor, que recebe o pagamento do produto mensalmente e repassa aos demais suas respectivas quantias. Como as pessoas se conhecem e participam em diversas associações comunitárias, diminuem os riscos de traição. Essa operação não envolve nenhum contrato formal, se baseando exclusivamente nas relações de confiança. A frequência dessas relações e participações cívicas nas associações da comunidade resulta em estoque de capital social.

As cooperativas agropecuárias e de crédito constituem a base do associativismo na região oeste de Santa Catarina. Os colonizadores trouxeram consigo os princípios cooperativistas, que estão arraigados nas práticas sociais. Desde o início da colonização, praticamente todos os municípios criaram cooperativas para viabilizar a produção e a comercialização dos produtos.

No entanto, a ação do governo federal restringiu as associações de pessoas, a participação cívica e o funcionamento das cooperativas. Durante a ditadura militar, mais de duas mil cooperativas foram fechadas no Brasil e muitas cooperativas da região sul do Brasil foram extintas (PINHO, 2004).

Apesar dessas dificuldades, as atividades das cooperativas criadas no oeste catarinense não foram interrompidas, o que afetaria diretamente a economia regional. Atualmente diversas cooperativas estão constituídas, com destaque para a Cooperativa A1, com sede em Palmitos, que mantém suas atividades ininterruptas desde a sua criação em 1933 e está presente em 16 municípios. A constituição de uma densa rede de associações comunitárias e regionais é fruto da confiança interpessoal e do civismo das pessoas. Essa teia social dá sustentação às atividades produtivas, sociais, culturais e ambientais da região, resultando em grande quantidade de capital social.

5.1.5 Incentivo na criação e participação em redes sociais

Este item analisa os incentivos do Estado na criação e participação em redes sociais por meio da associação das pessoas e sua interação com o governo.

De acordo com informações obtidas junto a diversos líderes políticos da região, como secretário da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), prefeitos municipais, vereadores e representantes de classes e entidades, os Projetos Microbacias implantados no início dos anos de 1990 foram importantes para a organização dos agricultores no que tange ao uso dos recursos naturais, preservação das fontes hídricas, do meio ambiente e das propriedades rurais. As regiões foram divididas em microbacias de acordo com os rios, sangas e lageados existentes - Microbacia Taipa, Microbacia Barra Grande, Microbacia Macucozinho.

O objetivo foi incentivar os agricultores a criarem associações para se manterem unidos em torno de suas atividades econômicas e comunidades rurais. Com isso, os produtores rurais criaram as Associações Comunitárias, somando-se às diversas outras associações existentes no espaço rural. O governo estadual auxiliou com recursos financeiros para projetos de desenvolvimento, pesquisa e transmissão de conhecimentos, como a realização de dias de campo e diversos eventos de interesses dos agricultores. Esses eventos foram realizados e coordenados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a qual foi determinante para o cooperativismo e o espírito

associativo rural catarinense. A EPAGRI é atuante junto aos municípios e cooperativas da região, desenvolvendo e intermediando parcerias com os governos municipal e estadual.

A EPAGRI foi criada em 1991 como sociedade de economia mista e transformada em empresa pública em 2005. Destaca-se em escala comunitária com foco nas potencialidades locais. Atua na transferência de conhecimento, disponibilidade de informações e prestação de assistência técnica, além de organizar e fortalecer as associações e cooperativas de produtores (LINS, 2007).

A parceria entre a EPAGRI e as cooperativas permite a realização de diversos cursos de capacitação técnica para os produtores rurais, nas diversas atividades econômicas da região. Entre as finalidades da ação conjunta, a formação de associações é incentivada como forma de ter acesso aos recursos externos, principalmente políticos e recursos financeiros obtidos junto aos governos estadual e federal. Entre os resultados obtidos pela parceria entre as cooperativas e a EPAGRI, se destacam os programas de Troca-Troca de sementes e insumos agrícolas, pelo qual os produtores recebem os recursos e pagam na safra com um abatimento sobre o valor total. Os benefícios obtidos incentivaram os produtores a se organizarem em cooperativas e muitos municípios possuem suas cooperativas de pequenos produtores.

No início de 2000, a descentralização política realizada pelo governo estadual buscou aproximar o governo e a população, dando autonomia às regiões. Foram criadas 36 Subsecretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), espalhadas pelo Estado, em microrregiões que compreendem entre cinco e oito municípios, as quais foram estruturadas para dar todo o suporte necessário aos municípios e populações locais. Além dos gerentes de cada pasta, cada SDR contempla um Conselho Deliberativo do qual todos os prefeitos são membros. Duas pessoas representativas de cada município também fazem parte do Conselho Deliberativo, normalmente membros ou presidentes de associações e entidades municipais, como a Associação Comercial e Industrial, Associação de Produtores de Suínos, Associação das Comunidades Municipais, entre outros.

Com isso, as comunidades locais participam nas decisões que orientam seu futuro. Todos os processos administrativos de projetos e solicitações municipais são realizados e avaliados pelo Comitê Gestor da SDR, agilizando o processo de aprovação e liberação dos recursos na sede do governo em Florianópolis. O Comitê Gestor é formado por profissionais de diversas áreas e por representantes dos municípios que compõem a SDR, sendo pessoas da região que conhecem as potencialidades e as necessidades locais.

As escolas estaduais e municipais foram beneficiadas com ginásios poliesportivos para a prática de esportes coletivos e atividades culturais. Nesse contexto, os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) envolvem todas as escolas catarinenses com disputas em diversas categorias de acordo com a idade dos estudantes. Para participar dos jogos, os estudantes precisam ter boas notas escolares. Diversas modalidades são disputadas, como futebol feminino e masculino (futsal e campo), voleibol, handebol, entre outros. A competição é disputada inicialmente na fase microrregional, classificando para a fase regional e conseqüentemente para a fase estadual.

A realização das tradicionais feiras e exposições municipais, também conhecidas como “festa do município”, foi fortalecida. Esses eventos são organizados em torno das atividades econômicas de cada território e da cultura local, preservando a memória dos colonizadores. Atividades como “Noites Italianas” e apresentações de corais de descendentes alemães incrementam as festas tradicionais como a Oktoberfest em Itapiranga, Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Iporã do Oeste (FAIC), Festa da Fruta em Mondaí, Feira Agropecuária e Industrial de São Miguel do Oeste (FAISMO), Festa do Vinho em Palmitos, a Exposição – Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), a *DEUTSCHE WOCHE* (semana alemã) em São João do Oeste, entre outros.

5.1.6 Síntese do papel do Estado na criação de capital social na região Oeste de Santa Catarina

A ação do Estado interferiu diretamente e indiretamente na criação e fortalecimento do capital social na região oeste de Santa Catarina. Num primeiro momento, o fato de viabilizar a ocupação das terras por descendentes europeus desencadeou numa formação populacional homogênea, com características próprias e conhecimentos específicos que criou uma nova dinâmica produtiva com fins comerciais na região oeste. Se por um lado o descaso inicial do Estado prejudicou os colonos, impondo-lhes dificuldades além daquelas imaginadas, por outro os forçou a se unirem para criar alternativas de sobrevivência. O isolamento e os obstáculos resultaram num estoque de capital social comunitário, resultado da confiança interpessoal, da repetição das práticas sociais e da reciprocidade de ajudas e favores. Nesse contexto, o surgimento do cooperativismo foi indispensável para o desenvolvimento da região.

Num segundo momento, houve o reconhecimento do Governo Federal quanto à sua responsabilidade no abandono das colônias europeias. O Estado passou a dar alguma

atenção à região, construiu estradas e começou a considerar a região como parte do Estado brasileiro. As obras de infraestrutura possibilitaram a comunicação e o intercâmbio entre as comunidades rurais e municipais, viabilizando a criação de capital social de ponte. A produção regional começou a ser comercializada em outros mercados, como Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. A legislação brasileira no que tange às cooperativas evoluiu, o cooperativismo se disseminou na região oeste e constituiu a base da organização social, produtiva e econômica da região.

O período da ditadura militar, entre os anos de 1964 a 1985, marcou uma nova etapa no papel do Estado sobre o capital social do oeste catarinense. A restrição ao funcionamento das cooperativas abafou o movimento associativista, prejudicando a economia regional e o bem estar das pessoas. O Estado interferiu de maneira direta na vida social e econômica das pessoas, no entanto, não foi o suficiente para acabar com a cultura coletiva. Talvez esse período da história do oeste da Santa Catarina tenha desencadeado num dito popular muito utilizado pelos moradores da região: “se o governo não atrapalhar está ótimo”, se referindo à capacidade endógena de superação e desenvolvimento local.

Por último, a partir da Constituição Federal de 1988, o Brasil e a região oeste de Santa Catarina iniciaram um novo ciclo econômico e social. As restrições cooperativistas impostas pela ditadura militar foram abolidas e as cooperativas passaram a ter autogestão, o que refletiu diretamente na participação cívica, na organização de associações e consequentemente no fortalecimento do capital social. A descentralização política e a autonomia concedida aos municípios desencadearam no fortalecimento de inúmeras associações e uma densa rede de relacionamentos com a participação popular. Possivelmente essa foi a primeira ação direta, positiva e intencional do Estado no fortalecimento do capital social do oeste catarinense.

5.2 Papel da Igreja na criação de capital social

Além do Estado, a Igreja teve papel chave no desenvolvimento do capital social na região Oeste de Santa Catarina. As modalidades e os resultados dessa influência são apresentados de acordo com as variáveis identificadas na metodologia.

5.2.1 Construção de práticas sociais comuns

Esse item aborda o papel da Igreja na construção de práticas sociais e culturais a partir da colonização da região oeste catarinense, que possibilitou a formação de comunidades com hábitos sociais e culturais comuns em torno da fé religiosa e da etnia.

Com a intensificação do movimento imigratório e o crescimento interno das colônias gaúchas, muitos colonos de diversas etnias europeias migraram para o noroeste gaúcho e oeste catarinense, formando colônias cuja economia se estruturou na pequena propriedade rural com mão de obra familiar, onde a vida social girava em torno de pequenas vilas. Buscou-se implementar o modelo colonial com a estrutura agrária que permitisse a reprodução do estilo de vida dos primeiros imigrantes, formando colônias homogêneas católicas ou luteranas (WERLE, 2011)

Muitos colonizadores da região oeste catarinense eram oriundos das mesmas comunidades da serra gaúcha. Como as famílias eram numerosas e as terras eram insuficientes para o seu sustento, houve a necessidade de migrar para Santa Catarina. Isso fez com que irmãos e vizinhos comprassem áreas próximas e mantivessem as relações de confiança com as mesmas práticas religiosas e sociais que estavam habituados. Sua colocação em comunidades homogêneas facilitou a adaptação no território catarinense, uma vez que heterogeneidade poderia impor dificuldades de convivência, com práticas sociais e religiosas distintas, com o agravante de não dominarem a língua portuguesa.

Os lotes de terra, também conhecidos como glebas ou colônias, foram vendidos pelas empresas colonizadoras com uma área de 25 hectares. As primeiras famílias geralmente eram pouco numerosas, recém-constituídas e com filhos pequenos. Traziam consigo alguns animais, sementes e poucos instrumentos. Posteriormente, o aumento das famílias significava mais força de trabalho, com crianças que aprendiam na prática (KOELLN, 1980). A transmissão do conhecimento e dos costumes acontecia automaticamente de geração para geração (EIDT, 2011).

As empresas colonizadoras eram de caráter religioso e permitiam que cada família pudesse comprar somente uma gleba de terra. Com essa restrição, se evitou a especulação e o uso das propriedades para fins comerciais. Além disso, a área era suficiente para a sobrevivência da família e cada m² da propriedade deveria ser bem aproveitado para impedir desperdícios. As encostas de morros e coxilhas foram preservadas para evitar a erosão, o esgotamento do solo e conseqüentemente a preservação dos rios. Essa mentalidade foi

transmitida para as gerações seguintes que agregaram novas práticas e técnicas de produção elevando o índice de produtividade regional.

De acordo com a Igreja, somente as colônias homogêneas poderiam proporcionar o bem estar material, espiritual e religioso com espírito comunitário. A mistura de confissões, nacionalidades e a heterogeneidade linguística residiam nos casamentos mistos (WERLE, 2011).

Embora nem todas as comunidades tenham se mantido homogêneas ao longo da história da região oeste de Santa Catarina, os costumes, hábitos e a língua europeia foram mantidos. Durante esse período, ocorreram muitos casamentos mistos entre os descendentes europeus, onde os hábitos culturais e sociais, amparados pela religião e a família se difundiram e servem de parâmetro para as condutas e ações das pessoas. Essas características são determinantes na manutenção e fortalecimento das práticas sociais e no espírito coletivo das comunidades da região.

Werle (2011) afirma que havia um consenso entre padres e pastores que atuavam nas colônias europeias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em torno da manutenção das características étnicas e da língua trazida dos países de origem. A aliança entre a fé e o patriotismo era um elemento central para a preservação da religiosidade dos imigrantes italianos, alemães e poloneses, pois acreditavam que perdendo a língua de origem facilmente perderiam também a fé de seus antepassados.

O pensamento dos jesuítas foi mantido ao longo dos anos e a região oeste de Santa Catarina mantém sua estrutura social construída em comunidades urbanas e rurais, fortemente ligadas às igrejas e as etnias europeias. Em Santa Catarina, são realizadas anualmente inúmeras festas étnico-culturais que preservam e reforçam as culturas europeias. Os hábitos culturais e as práticas sociais são elementos essenciais na criação e fortalecimento do capital social da região oeste catarinense.

5.2.2 Fortalecimento do capital social comunitário, de ponte e institucional

Esse item identifica o papel da Igreja no fortalecimento do capital social comunitário, de ponte e institucional a partir da colonização da região oeste catarinense. A ausência do Estado deixou as colônias europeias isoladas e possibilitou que a Igreja organizasse as comunidades de acordo com os seus interesses, o que incentivou a criação de capital social.

Os colonizadores eram atraídos por propagandas que normalmente elencavam somente os aspectos positivos das terras que estavam sendo vendidas na região oeste de Santa Catarina. As dificuldades impostas pelo isolamento e o difícil acesso foram ocultados e se tornaram evidentes quando as famílias já estavam instaladas nas colônias catarinenses. Sem uma estrutura ideal que pudesse servir de apoio, os colonizadores iniciaram a construção de suas casas com a ajuda dos vizinhos e construíram seu território com base nas relações sociais.

As colônias se localizavam em meio à mata virgem e seu acesso era possível somente por água. O isolamento e a vida de subsistência contribuíram para a coesão social e o fortalecimento do espírito comunitário (EIDT, 2011; WERLE, 2011).

Por meio do trabalho manual, as famílias construía suas casas, utilizando alguns equipamentos como serrote, machado, marreta e cunha. Derrubavam as árvores para fazer barrotes, tábuas para as paredes, ripas e pequenas tábuas de aproximadamente 60 centímetros de comprimento para formar o telhado (KOELLN, 1980). O trabalho coletivo foi determinante para a construção das primeiras igrejas e para o fortalecimento do espírito comunitário (WERLE, 2011).

Logo na chegada, havia a necessidade de construir suas moradias para abrigo e proteção do inverno rigoroso da região sul do Brasil. A derrubada das matas e o plantio das primeiras lavouras foram feitos com a ajuda mútua das pessoas por meio de mutirões, troca de favores e produtos de subsistência. O espírito comunitário viabilizou a construção das primeiras igrejas, utilizadas para as manifestações religiosas, funcionamento da escola e local de encontros para a realização de atividades sociais e culturais. O isolamento serviu para a coesão social e criação de capital social comunitário.

Havia poucos contatos com outras comunidades ou colônias. A visita de padres ou pessoas ligadas às empresas colonizadoras era o único meio de obter informações ou ajuda externa. Por ser a responsável pela colonização da região e a criação de uma estrutura social com espírito comunitário, a igreja mantinha relações com as comunidades e realizava um trabalho de auxílio nas colônias europeias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina por meio da realização de Congressos Católicos.

Os Congressos Católicos eram realizados anualmente em diferentes colônias alemãs do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. Eles enfatizavam o envolvimento e a participação popular para o funcionamento das instituições de cunho comunitário como a escola, as cooperativas e o sistema de crédito. Sem o envolvimento das pessoas, as novas empresas e iniciativas não teriam sucesso entre a população imigrante. Os eventos também

eram organizados por jesuítas italianos nas colônias italianas do Rio Grande do Sul e na região sul de Santa Catarina (WERLE, 2011).

A realização dos Congressos Católicos reforçou o capital social comunitário e possibilitou a criação de capital social de pontes por meio de relacionamentos entre as colônias. Esses relacionamentos permitiram a troca de informações, experiências e conhecimentos em relação à vida comunitária e as atividades produtivas. A igreja serviu de suporte e orientação para as pessoas com práticas sociais padronizadas, alicerçadas na família e na coletividade. O espírito coletivo arraigado nas práticas sociais possibilitou a criação de cooperativas e diversas instituições de cunho comunitário. Novas técnicas de produção e comercialização foram desenvolvidas e implementadas, dando uma nova dinâmica social, econômica, produtiva e ambiental para a região do oeste catarinense. Nesse contexto, houve a criação do capital social institucional vinculado às características das pessoas e sua construção social.

A ausência quase que total do Estado brasileiro possibilitou ampla liberdade aos jesuítas na organização do espaço, com uma organização social e econômica em torno do cooperativismo e escolarização de acordo com os preceitos religiosos (EIDT, 2011; WERLE, 2011).

A falta de atenção do Estado resultou no abandono e isolamento das colônias, bem como permitiu que as comunidades de descendentes europeus mantivessem seus hábitos sociais e culturais. Esse aspecto foi muito importante para o atual nível de desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina, que manteve suas características e especificidades locais, determinantes para a instalação e desenvolvimento dos meios produtivos e econômicos. A região se diferencia justamente pelas suas características sociais e culturais, em que o capital social comunitário, de ponte e institucional estão presentes e conduzem as ações cotidianas. Embora tenha havido a padronização do ensino escolar de acordo com o sistema educacional brasileiro, muitas escolas mantêm metodologias próprias e se diferenciam no ensino e aprendizagem.

5.2.3 Construção de normas comuns

Esse item elenca o papel da igreja na construção de normas comuns em torno do cristianismo a partir da criação de colônias homogêneas.

A estrutura socioeconômica implantada pelos colonos estabeleceu uma sensibilidade religiosa ancorada na normatização da religião institucionalizada. As instituições ligadas a igreja católica, evangélica e luterana se constituíram nas principais entidades de organização e orientação coletiva com a prestação de serviços básicos, como a educação e a saúde. Aos domingos pela manhã, os cultos e missas proporcionavam momentos de socialização em que os colonos se encontravam e trocavam ideias (WERLE, 2011).

As práticas e manifestações religiosas se mantêm vivas na região oeste de Santa Catarina. Embora a maioria das pessoas seja católica, muitas comunidades possuem mais de uma igreja. Aos domingos pela manhã, participar de missas e cultos representa um compromisso social e moral com a própria comunidade, onde no mínimo um membro de cada família se faz presente. Além de um momento de fé e devoção, representa um ambiente comunitário baseado nas relações de amizade, em que a vida social e profissional é pautada em conversas informais. É um ambiente para trocar informações, experiências e conhecimentos em relação às atividades produtivas e econômicas das pequenas propriedades rurais.

As normas de conduta conduzem as ações sociais e estão fortemente ligadas à manifestação religiosas que fomentam os relacionamentos primários. Muitas comunidades rurais católicas mantêm a tradição da “Capelinha” que é transportada diariamente de casa em casa para a reza de um terço com a presença dos vizinhos. Como mostra a Figura 6, a capelinha é uma estrutura de madeira com o formato de uma capela, com uma altura de aproximadamente 50 cm e a imagem de um Santo em seu interior.



Figura 6 - Capelinha de madeira

Fonte: Roseli Rabaioli

Todas as noites, a capelinha representa um momento de devoção, compromisso e encontro com os vizinhos mais próximos. No dia seguinte, ela é levada para o próximo morador da linha rural, que aguarda a noite chegar para receber os vizinhos em sua casa. A pequena capela de madeira representa um símbolo religioso e social celebrado por todas as famílias da comunidade durante todos os dias do ano.

Para Bianchezzi (2008) e Werle (2011) a igreja desempenhou um importante papel normatizador de condutas e integração social com identidade e costumes próprios. Da mesma maneira, a escola organizada pelos próprios colonizadores contribuiu para a coesão social e o sentimento de pertencimento à nova terra. Cabe destacar que a ausência de uma política educacional do governo brasileiro possibilitou que os descendentes europeus mantivessem seus hábitos culturais.

A ausência do Estado interferiu positivamente na formação pessoal e educacional das pessoas da região oeste de Santa Catarina. Permitiu o envolvimento da comunidade com a igreja na formação moral que orienta a conduta das pessoas de acordo com os preceitos religiosos. Nesse contexto, a conduta e as atitudes das pessoas servem de parâmetros e diminuem os custos de transação.

Nas colônias alemãs, os jesuítas estruturaram um sistema escolar interligando a escola e a Igreja. A escola era concebida como um instrumento de formação religiosa para evitar que os filhos dos colonos alemães assumissem os hábitos dos brasileiros. Esses últimos frequentavam pouco a igreja e qualquer chuva ou queda de temperatura era motivo para não ir à missa (WERLE, 2011).

As dificuldades impostas pelo clima e o relevo da região não são aceitos como justificativas ou motivos para ausência em compromissos, cujas sanções morais representam a exclusão do grupo e a perda de benefícios resultantes da coletividade. Atrasos ou faltas em compromissos não são tolerados, haja vista que as pessoas e sociedades que não conseguem administrar um ponteiro de um relógio dificilmente conseguem conduzir o rumo de sua história.

Os maus hábitos adquiridos durante a formação pessoal interferem negativamente na sociedade, nas atividades profissionais e nos meios produtivos. Problemas de assiduidade e rotatividade de pessoas nas organizações são consequências das normas de conduta da sociedade onde estão inseridas.

Conforme relatos de um professor do ensino básico do município de Mondaí, a frequência escolar é monitorada diariamente. A ausência de uma criança na escola deve ser comunicada pelos pais ao professor ou diretor da escola. Para evitar faltas e desistências, a escola atua em parceria com o conselho tutelar que é acionado sempre que há necessidade.

Bianchezzi (2008) menciona que os discursos e as práticas dos agentes religiosos visavam à preservação da língua estrangeira entre os novos moradores. Seus filhos deveriam frequentar escolas que ensinassem alemão para não perder sua fé católica.

A Figura 7 representa uma placa localizada na entrada da cidade de São João do Oeste e demonstra a preservação da fé religiosa e das características étnicas.



Figura 7 - Placa na entrada da cidade de São João do Oeste - SC.

Fonte: Gilson Richter

A cidade de São João do Oeste é considerada a capital catarinense da língua alemã. De acordo com moradores, 93% das pessoas do município falam o alemão e 97% dos munícipes entendem a língua germânica. Anualmente o município realiza a *Deutsche Woche*, a festa alemã que celebra a cultura alemã. A placa faz menção ao fato do município ter o menor índice de analfabetismo do Brasil e possuir a maior igreja de madeira da América Latina.

5.2.4 Fortalecimento da cultura cívica e da confiança interpessoal

Esse item destaca o papel da igreja na confiança interpessoal e no fortalecimento da cultura cívica por meios da criação de associações comunitárias e do envolvimento na política.

Desde o início da colonização, as ações individuais e coletivas estavam sintonizadas com os discursos e práticas dos líderes religiosos. A organização social dos colonos em lotes de terras em formato de espinha de peixe possibilitou que as famílias

vivessem próximas, de maneira que a força dos laços e confiança interpessoal pudesse ser exercida e usufruída constantemente.

Eidt (2011) ressalta a participação da igreja na organização dos colonos em comunidades rurais por meio de uma ampla rede de associações na região. As comunidades compreendiam entre 70 e 170 famílias de pequenos produtores rurais localizados inicialmente em torno de uma capela e uma escola. A sociedade foi estruturada na família, no trabalho, na religiosidade e na rigidez das normas morais. O caráter solidário e coletivo foi condição fundamental para o desenvolvimento das famílias do oeste catarinense. Serviu de proteção contra a insegurança e a sobrevivência do tecido social. Este sentimento se constituiu em valor supremo que sacrificava os interesses particulares em prol da vida comunitária.

Desde cedo, as crianças adquirem o espírito coletivo e o hábito da vida comunitária. Ainda em idade escolar ou de catequese, são inseridas nos grupos de liturgia e ajudam na leitura de textos bíblicos nas missas e cultos. As comunidades possuem diversas equipes de liturgia organizadas em escalas mensais ou bimestrais. Cada missa ou culto semanal é organizado por uma equipe de liturgia diferente.

Geralmente o grupo de jovens é a primeira associação comunitária em que participa a pessoa. Os grupos de jovens realizam eventos esportivos, culturais e intercâmbios com grupos de jovens das comunidades vizinhas, onde são praticadas diversas modalidades de esportes, ou então participam de bailes.

As partidas de futebol entre equipes de comunidades vizinhas são muitos comuns aos domingos à tarde. Para poder participar, há a necessidade de ser sócio do clube esportivo comunitário. Conforme os anos passam, as pessoas exercem seu civismo e se associam em diferentes associações de pessoas. A partir do casamento e a constituição da família, há a “obrigatoriedade” de ser sócio da associação religiosa e conduzir seus filhos no mesmo caminho. Conseqüentemente, os pais assumem responsabilidades quanto à vida econômica, produtiva e o sustento de sua família. Com isso, há a necessidade de participar nas cooperativas de crédito, agropecuárias ou no sindicato dos agricultores, entre outros. Nesse contexto, as práticas coletivas e a participação cívica são transmitidas de geração em geração criando e fortalecendo o capital social.

O estabelecimento e a manutenção dos laços foram amparados pelas atividades dos agentes religiosos que desenvolviam atividades que intensificavam a participação das pessoas na vida coletiva da comunidade e da Igreja, com mecanismos de difusão e normatização dos colonos. As comunidades se constituíram em um ambiente ideal para o

desenvolvimento de laços comunitários com identidade territorial fundamentada na religião e na participação cívica local (WERLE, 2011).

O sistema de Caixas de Créditos Rurais, formado pelas cooperativas do tipo Raiffeisen disponibilizou recursos financeiros para muitos colonos na compra das terras e foi fundamental para a criação de algumas colônias. Os princípios cooperativistas foram institucionalizados pela igreja nas comunidades de descendentes europeus e atualmente as cooperativas se constituem como o principal meio de produção e comercialização agropecuária da região oeste catarinense.

A participação cívica não se restringe somente nas associações comunitárias ou cooperativas. Schmidt (2003) salienta que a participação política de uma comunidade é um forte indicador de existência de capital social.

De acordo com um morador da zona rural do município de Iporã do Oeste, os partidos políticos do município possuem um número considerável de filiados e o civismo é demonstrado pela participação das pessoas na política local e estadual. Ele conta com orgulho o fato da comunidade ter conseguido eleger por três mandatos um representante no legislativo municipal. Na eleição municipal de 1992, o então ministro da eucaristia, catequista e Professor da comunidade obteve praticamente 80% dos votos válidos da comunidade que garantiram seu acesso à câmara de vereadores. Nas duas eleições seguintes, ele foi reeleito. Essa é uma prática comum entre as comunidades rurais para obter representatividade política. Muitas vezes, algumas comunidades se unem em torno de um candidato para ter um representante na sua região.

O morador fala que situação idêntica ocorre na escolha de representantes para assembleia legislativa estadual, onde a região sempre tem representante, embora a densidade geográfica seja inferior às demais regiões do Estado. Na câmara federal, o sistema cooperativista catarinense possui representante há várias legislaturas.

5.2.5 Incentivo na criação e participação em redes sociais

Nesse item é abordado o papel da igreja na criação e participação das pessoas em redes sociais a partir da organização social no formato de espinha de peixes e da realização dos congressos católicos.

No início do século XX havia 146 jesuítas alemães no Rio Grande do Sul com o intuito de implementar diversas associações de caráter econômicos, social e cultural. Foram

criadas cooperativas de crédito e de produção, associações de agricultores, associações de professores, com participação ativa na colonização de terras e nos Congressos Católicos. Os jesuítas não se preocuparam somente com a vida religiosa dos colonos, mas desenvolveram gradativamente uma estrutura institucional que abarcou a totalidade das colônias alemãs no Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. Para isso, os Congressos Católicos, realizados entre 1898 até 1940, foram determinantes, haja vista que mantinham um canal direto de comunicação com os representantes das colônias em torno de ideias e concepções do mundo social (WERLE, 2011).

Anualmente os Congressos Católicos eram realizados em colônias diferentes, com a participação de representantes de todas as comunidades formadas por descendentes de alemães. Essa prática foi muito importante para incentivar a criação de associações e a participação das pessoas nas redes sociais.

Entre as diversas instituições criadas a partir dos Congressos Católicos, o Sistema de Crédito das Caixas Rurais desempenhou papel fundamental nas colônias. As cooperativas de crédito rural se espalharam pelo Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, e, na opinião dos idealizadores das colônias, somente as Caixas Rurais baseadas nos princípios cooperativistas de Raiffeisen deveriam ser institucionalizadas por atenderem aos interesses coletivos. Esse sistema de crédito disponibilizou recursos financeiros para que os jesuítas iniciassem seu ambicioso projeto de formar uma colônia homogênea, alemã e católica no oeste catarinense: Porto Novo (WERLE, 2011).

A antiga colônia de Porto Novo, que atualmente compreende os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, foi a primeira colônia homogênea criada pela igreja. Nesse território, os líderes religiosos implantaram um modelo social amplamente estruturado no associativismo comunitário estruturado nas redes de relacionamentos.

Os agentes religiosos doutrinavam a participação em associações e o cooperativismo para manter o espírito comunitário, aspectos necessários para o desenvolvimento econômico baseado em princípios étnicos. Os jesuítas coordenavam todas as ações na vida social das pessoas. Promoviam o cooperativismo e o aumento da produtividade utilizando técnicas agrícolas (BIANCHEZZI, 2008).

As comunidades rurais da região oeste estão amarradas por diversas associações que formam nós de relacionamentos em redes sociais. Dentro de uma mesma comunidade, é possível encontrar diversas associações com ampla participação das pessoas. A associação religiosa (algumas comunidades possuem duas ou três igrejas), o clube esportivo, o grupo de jovens, o clube de mães (jogo de bolãozinho), a associação comunitária de moradores,

associação de pais e professores (nas comunidades que mantêm uma escola comunitária ou rural) são alguns exemplos de associações existentes numa comunidade e que formam um denso tecido social. Além dessas associações, as pessoas participam de cooperativas, associação de produtores de suínos (em escala municipal), sindicato dos trabalhadores rurais, CTG, entre outros.

Para arrecadar fundos e manter a sustentabilidade financeira das entidades, cada associação realiza suas festas e eventos. Para que haja organização e êxito na realização desses eventos, diversos municípios, por meio da Secretaria de Cultura, Educação, Esporte e Lazer, em conjuntos com a Polícia Civil e as diretorias das associações comunitárias elaboram o calendário anual de festas e eventos. Em cada início de ano, os líderes das associações comunitárias se reúnem na sede do município e definem um calendário com as datas de todos os eventos festivos do município.

O objetivo é evitar a realização de eventos na mesma data em comunidades próximas, uma vez que as festas e bailes ocorrem aos sábados e domingos. Quando alguma comunidade quer realizar um evento e a data não consta no calendário, a Polícia Civil não libera a licença para a realização do mesmo. Com esse calendário, cada associação adquiriu o direito da data e as festas e bailes se tornaram tradicionais.

Essa programação limita o número de festas e bailes na mesma data e faz com que as comunidades participem e prestigiem os eventos das comunidades vizinhas. Geralmente, as comunidades trocam convites para os eventos baseados na confiança interpessoal. Após os cultos ou missas realizados aos domingos pela manhã, são disputadas partidas de futebol entre clubes ou equipes de comunidades vizinhas ou da sede do município. Após as partidas, é servido o almoço (normalmente churrasco gaúcho) e, à tarde, acontecem outros jogos de futebol e reunião dançante, popularmente conhecida como “matiné”.

A comunidade que realiza o evento assume o compromisso de retribuir a visita quando a comunidade vizinha realiza seu evento, inclusive com o mesmo número de pessoas para facilitar a programação da festa em relação á quantidade de almoços e bebidas. Essas regras são importantes porque o número de participantes influencia diretamente no lucro do evento.

A partir de uma escala organizada pela diretoria da associação, com funções, horários e períodos de trabalho, praticamente todos os associados trabalham no evento. A participação é voluntária, haja vista que há a “penalização moral” de quem não contribui ou até mesmo a exclusão das relações de confiança.

5.2.6 Síntese do papel da Igreja na criação de capital social na região oeste de Santa Catarina

Esse item faz uma síntese do papel da igreja na criação de capital social na região oeste de Santa Catarina em relação às variáveis analisadas anteriormente.

Desde o início da colonização e a formação das primeiras colônias europeias no Rio Grande do Sul, a igreja se envolveu na vida social das comunidades, com o objetivo de manter a fé religiosa e orientar a conduta das pessoas em torno da família e dos princípios éticos. Diferentemente do Estado gaúcho cujo governo se preocupou com as colônias europeias, o governo catarinense se omitiu e não ofereceu ajuda aos colonizadores.

Esse descaso foi o viés para a atuação dos religiosos na criação e controle de colônias homogêneas na região oeste de Santa Catarina. A igreja concebeu comunidades com características próprias que ao longo dos anos foram reconhecidas como especificidades e ativos próprios do território, capazes de mobilizar recursos próprios ou possibilitar o acesso aos recursos externos para fomentar o desenvolvimento regional.

A manutenção da cultura e das práticas sociais entre os descendentes europeus fortaleceu a coletividade e o espírito associativista trazido pelos colonizadores. Como resultado, a região oeste de Santa Catarina está inserida num ambiente produtivo e econômico amplamente estruturado em associações de pessoas e cooperativas que impõem uma dinâmica territorial própria. As relações interpessoais, a confiança e a reciprocidade estão fortemente vinculadas à atuação das instituições religiosas. Após quase um século desde o início da colonização, a igreja continua sendo um dos alicerces da estrutura social e um elemento articulador da sociedade civil organizada na formação do capital social.

Atualmente, é possível que o papel da igreja na formação das colônias de descendentes europeus seja criticado em função de novos valores sociais, ou até mesmo como meios de discriminação, ou então, pode haver dificuldades para entender os motivos que a levou a agir e organizar as comunidades rurais em função de seus interesses. Ou ainda, criticar o sentimento patriótico e de pertencimento das pessoas em um território construído pelos hábitos culturais, étnicos e religiosos.

Atualmente, os moradores da região oeste catarinense contam que é difícil se colocar no lugar dos colonizadores e dos próprios agentes religiosos que viveram uma época em que a realidade não lhes permitia alternativas. Sua preocupação com os valores sociais e a conduta das pessoas estava alicerçada na família e na vida comunitária. É notório que mesmo que as colônias não tenham se mantido homogêneas em relação às suas essências, o

projeto católico constitui a base da sociedade da região oeste catarinense, e é o principal responsável pela criação, fortalecimento e estoque de capital social.

5.3 Papel do capital social no desenvolvimento da região do Oeste de Santa Catarina

Os itens anteriores permitiram identificar o papel positivo da Igreja sobre o capital social e os resultados da ausência do Estado Brasileiro nessa região, no início de sua colonização. A importância não é apenas de identificar a existência de capital social, mas também de verificar o papel deste no desenvolvimento da região. Os resultados são apresentados de acordo com as variáveis identificadas na metodologia.

5.3.1 Mobilização coletiva na construção de estratégias de desenvolvimento

Esse item aborda o papel do capital social na mobilização coletiva para a construção de estratégias de desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina.

As ações coletivas sempre estiveram presentes nas colônias formadas pelos descendentes de europeus na região oeste de Santa Catarina. Elas tiveram um papel crucial primeiro para a sobrevivência dos habitantes e, depois, para o desenvolvimento da região. De acordo com os ideais dos colonizadores, o desenvolvimento local deveria abarcar uma educação de qualidade amparada na conduta das pessoas e no cristianismo, um sistema de saúde acessível a todos e um crescimento econômico e social baseado na vida associativa.

Num primeiro momento, as pessoas se mobilizaram para a construção de suas casas e da igreja comunitária. Conforme outros colonizadores iam se instalando no novo território, recebiam o apoio das famílias que já estavam instaladas para a construção de suas moradias e o início das atividades produtivas.

O desenvolvimento do campo é muito importante para os municípios do Oeste Catarinense, pois nessa região, somente os municípios de Mondaí e São Miguel do Oeste possuem uma população urbana maior que a população rural. Na agricultura familiar, o capital social presente na região teve papel importante desde a implantação das primeiras colônias. Sem o apoio e aportes financeiros do Estado, a mobilização coletiva foi a alternativa encontrada para fomentar, criar e desenvolver diversas cooperativas agropecuárias e de crédito no meio rural e urbano. Amparadas pelas relações de confiança interpessoais e na

reciprocidade, os descendentes europeus se juntaram para elaborar estratégias de desenvolvimento produtivo, econômico, social, cultural e ambiental.

De acordo com Ávila (2000), as forças endógenas da comunidade são capazes de criar mobilizações coletivas que resultam no desenvolvimento local. A criação da Indústria Têxtil Oeste Ltda., no município de Mondai é um exemplo de mobilização coletiva para criar estratégias de desenvolvimento da região. Em 1970, oitenta e cinco pioneiros se uniram para criar alternativas de emprego e renda para a região. Por meio de recursos financeiros próprios, elas criaram uma empresa que inicialmente produzia tecidos e embalagens de algodão. Ao longo dos anos, a empresa se desenvolveu e acompanhou as evoluções tecnológicas, bem como se adaptou às exigências do mercado globalizado.

Após quase meio século de existência, a Têxtil Oeste se tornou uma empresa familiar e é uma das maiores empresas de rafia do Brasil, produzindo embalagens e tecidos de polipropileno que são comercializados em diversos países. Atualmente, emprega aproximadamente 450 funcionários diretos e gera emprego e renda para diversos municípios na região do extremo oeste catarinense. Sem a associação inicial dos pioneiros, unidos por relações sociais fortes, a criação dessa empresa nunca teria sido possível.

De maneira geral, a presença de capital social foi determinante para a mobilização coletiva na construção das estratégias de desenvolvimento regional. As práticas sociais e as dinâmicas estruturais das comunidades mobilizaram todos os setores da sociedade e refletem nas atividades produtivas e econômicas da região oeste de Santa Catarina.

5.3.2 Coordenação das relações sociais e dos meios produtivos

Esse item apresenta o papel do capital social na coordenação das relações sociais e dos meios produtivos.

A economia da região oeste de Santa Catarina é baseada na agricultura familiar, com atividades econômicas diversificadas que se fortaleceram com a criação das cooperativas da região. Estabelecidos em pequenas propriedades, os produtores rurais cresceram economicamente por meio da confiança interpessoal e das práticas socioculturais em torno da vida comunitária e dos princípios cooperativistas. Nesse contexto, o desenvolvimento rural da região foi possível em função da existência de capital social.

A partir da criação das cooperativas, um dos aspectos chaves para o fortalecimento do capital social na região, os colonos assumiram as rédeas das dinâmicas de

produção e comercialização de seus produtos. Em 1969, as cooperativas da região oeste de Santa Catarina criaram a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., popularmente conhecida como Aurora Alimentos. Ela se tornou a cooperativa das cooperativas e passou a coordenar, industrializar e comercializar os produtos agropecuários produzidos pelos associados das cooperativas da região. Atualmente, a Cooper Aurora é formada por 12 cooperativas, com plantas industriais instaladas estrategicamente em diversos municípios da região oeste catarinense.

Conforme o relato de um líder cooperativista da região oeste catarinense, a criação da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (FECOAGRO), na década de 1970, contribuiu para a coordenação do sistema cooperativista catarinense. A entidade contempla dez cooperativas, entre elas a Cooper Central Aurora Alimentos, e atua na compra conjunta dos principais insumos e produtos de abastecimento, como fertilizantes, defensivos agrícolas, embalagens e sementes que são distribuídos pelas cooperativas aos seus associados. Presta também informações sobre o ramo agropecuário por meio de programas de rádio e outros meios de comunicação.

Embora existam agroindústrias privadas na região oeste catarinense, o agronegócio é baseado essencialmente em cooperativas e consegue ser altamente competitivo em função das redes estabelecidas entre parceiros. A criação das redes é facilitada pela presença de uma forte concentração de capital social na região.

Os relacionamentos em redes formaram um tecido social por meio das interações entre os produtores rurais e os organismos de apoio, como instituições financeiras, universidades e o poder público em diferentes escalas. O envolvimento das pessoas e das associações com o poder público e a iniciativa privada criou alternativas de desenvolvimento para a região oeste. Essas interações geram trocas de informações e conhecimentos aplicados nas atividades produtivas.

A partir do início do século XXI, diversas faculdades e universidades se instalaram na região oeste de Santa Catarina, somando-se aos colégios técnicos agropecuários existentes que oferecem cursos técnicos e superiores voltados para as atividades produtivas existentes no território. A inserção da população local em cursos superiores melhorou a produtividade das atividades rurais, uma vez que diversos filhos de agricultores concluíram seus estudos e retornaram para trabalhar nas propriedades dos pais. Com o conhecimento científico adquirido na vida acadêmica aliado à participação cívica comunitária, esses jovens se tornam agentes de desenvolvimento local e atuam na elaboração e coordenação das relações sociais e dos meios produtivos.

Com a descentralização política e a mudança do estilo de gestão do Governo Catarinense, a comunidade civil organizada, por meio de suas entidades representativas e associações organizadas em redes participam dos projetos e decisões de seus interesses. As interações entre os atores formam um sistema de governança capaz de mobilizar recursos externos ou então criar alternativas produtivas e comerciais que visam o desenvolvimento regional. Exemplo dessa mobilização foi a abertura das exportações de carne suína produzida em Santa Catarina para os Estado Unidos, com a primeira remessa enviada em Novembro de 2014.

Em escala municipal, muitos municípios possuem articulação própria em função da atuação dos conselhos municipais e as associações comunitárias. O interesse e a participação da comunidade são facilitados pela presença de capital social e indica uma pretensão de participar do desenvolvimento do território. Em paralelo, o envolvimento das pessoas em debates e decisões de seu interesse fortalece o capital social.

5.3.3 Construção do território com identidade cultural e a preservação da cultura

Esse item destaca o papel do capital social na construção do território do oeste catarinense com identidade cultural a partir da formação populacional com descendentes europeus vindo do Rio Grande do Sul.

Devido a colonização tardia e a influência da cultura gaúcha trazida pelos colonizadores que migraram, pode-se afirmar que a região oeste de Santa Catarina é uma territorialidade gaúcha com hábitos culturais homogêneos entre todos seus habitantes. A identidade cultural está fortemente ligada às etnias europeias e o gauchismo, onde as práticas sociais e culturais são transmitidas para as gerações seguintes. Praticamente todos os municípios da região possuem CTG que realizam atividades culturais e eventos que preservam a cultura farroupilha. Esses eventos fortalecem a identidade cultural e contribuem para a existência de capital social. Os Centros de Tradições Gaúchas estão vinculados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) de Santa Catarina, fundado em 1973, com sua sede na cidade de Lages. O MTG contempla todas as associações tradicionalistas gaúchas do Estado de Santa Catarina. Ele abrange todo o território catarinense e está dividido em dezessete regiões, as quais possuem seus Coordenadores Regionais.

A agricultura familiar, a pequena propriedade e a diversidade das atividades produtivas desenvolvidas pelas ações coletivas são especificidades próprias da região, que se

transformaram em ativos específicos voltados para o desenvolvimento regional. A vida comunitária e o associativismo são características intrínsecas à formação pessoal e profissional das pessoas que reflete nas atividades produtivas, econômicas, socioculturais e no bem estar da população da região oeste de Santa Catarina.

No contexto estadual, a região oeste de Santa Catarina possui uma dinâmica social e econômica própria, fortemente estruturada nas práticas socioculturais e no associativismo. O sentimento de pertencimento do território emana grande capacidade de participação cívica em diferentes escalas. A participação e o envolvimento na política visam o alcance de objetivos comuns, embora haja divergências e heterogeneidade em relação aos partidos políticos. As opiniões divergentes fortalecem os debates e demonstram um nível de amadurecimento das pessoas.

A transmissão da língua estrangeira consiste nas relações diárias das famílias e principalmente na proximidade dos netos com os avós. Os casamentos mistos consistem nos casais que não são da mesma etnia, e têm dificultado a transmissão da língua estrangeira para as gerações futuras. São comuns casais mistos em que os pais falam ou entendem a língua alemã ou italiana, no entanto tem dificuldade de transmitir para os filhos.

Quando os avós residem na mesma casa ou nas proximidades, as crianças aprendem com mais facilidade. O fato de os avós se comunicarem por meio das línguas europeias e ter contato direto com os netos, auxilia na manutenção da cultura e da língua dos países de origem. Por outro lado, a distância entre eles enfraquece a cultura tradicional e pode diminuir o capital social.

Nas comunidades onde predominam os descendentes alemães, a língua germânica é transmitida mais facilmente que nas famílias italianas. Isso faz com que essas comunidades alemãs preservem mais sua cultura. As crianças aprendem antes a língua germânica e depois a portuguesa. Além da língua inglesa, as escolas ensinam a língua alemã. Quando os descendentes de alemães falam em português, o sotaque alemão fica evidente.

Uma prática comum que ajuda preservar a cultura alemã são os intercâmbios de filhos de agricultores de origem alemã com famílias de agricultores residentes na Alemanha. Os jovens agricultores vão para o país europeu para trabalhar, onde permanecem por um período determinado, entre seis meses e dois anos, morando na casa da família anfitriã. Após esse período, voltam para o Brasil com recursos financeiros que lhes possibilitam estruturar suas propriedades rurais e implantar novos métodos e técnicas produtivas.

Esses intercâmbios são fundamentais para a melhoria e evolução das atividades produtivas, bem como para a criação de capital social de ponte e institucional. Essas pontes de

relacionamentos fortalecem a cultura alemã e impactam na economia da região oeste por meio da troca de experiências e conhecimentos, que são aplicados nas pequenas propriedades rurais.

A realização de festas e eventos culturais em diversos municípios catarinenses reforça ainda mais o sentimento patriótico dos descendentes italianos e alemães em relação aos países de origem. Os hábitos culturais e os costumes são mantidos por meio do idioma, da culinária, canções e danças tradicionais. Os corais municipais criados no início da colonização foram mantidos e se tornaram um mecanismo de preservação e fortalecimento da cultura. As rádios da região resgatam as tradições culturais com programas específicos para cada etnia. A apresentação do programa é feita nas línguas estrangeiras, quando são tocadas somente músicas italianas ou alemãs.

Essas atividades são importantes para o desenvolvimento local, pois as atividades produtivas estão diretamente ligadas aos hábitos e costumes implantados pelos colonizadores e são mantidos pelos seus descendentes. Esse convívio social não exclui pessoas de outras culturas que se estabelecem na região, no entanto, há a necessidade de se adaptar à dinâmica local, haja vista que as ações socioculturais, produtivas, econômicas e ambientais ditam o ritmo do desenvolvimento da região oeste catarinense.

5.3.4 Confiança interpessoal e cooperação

Sem ter a quem recorrer nos momentos de dificuldades, coube aos colonizadores se apoiarem na ajuda mútua em que a confiança interpessoal equacionava as atividades socioculturais, produtivas e econômicas. A forte ligação com o cristianismo difundiu hábitos e práticas culturais nas quais a cultura e a moral norteiam a conduta das pessoas.

As forças endógenas foram determinantes para a sobrevivência e o desenvolvimento social, econômico e cultural dos colonizadores. O espírito coletivo baseado na confiança e na reciprocidade, os conhecimentos sobre a agricultura familiar, cooperativismo e a organização social adquiridos com os antepassados foram relevantes para a dinâmica social e econômica atual.

Nas comunidades rurais, estabeleceram um sistema de governança baseado na conduta moral, na reciprocidade e na confiança interpessoal. A gestão dos recursos compartilhada possibilitou que muitas propriedades rurais aumentassem suas produtividades a

partir do momento em que os colonos passaram a fornecer os dejetos dos animais em troca de auxílios e favores.

Para a distribuição dos dejetos, utilizam os equipamentos de um vizinho (trator e distribuidor) que cobra valores inferiores aos praticados no mercado. Em muitos casos, o pagamento parcial pelo serviço de distribuição é feito com os próprios dejetos que são utilizados como adubo orgânico. Com isso, ao invés de cada produtor rural adquirir um distribuidor de esterco, viabilizam o investimento do vizinho e os recursos que seriam gastos na compra do distribuidor próprio são aplicados em outros investimentos.

A vivência comunitária e as associações de pessoas em busca de objetivos comuns formaram um tecido social denso capaz de mobilizar as forças exógenas para fomentar as suas potencialidades territoriais. A construção de uma dinâmica territorial própria despertou nas pessoas um sentimento de pertencimento e uma identidade territorial arraigada na cultura e nas atividades produtivas da agricultura familiar.

5.3.5 Associações e instituições locais com regulação própria

Esse item aborda o papel do capital social na criação de associações e instituições locais com regulação própria, por meio da presença de diversas associações comunitárias e cooperativas na região oeste de Santa Catarina.

A organização social das comunidades foi constituída de maneira que possibilitasse a participação comunitária e a vida social. Para Putnam (1993), a existência de capital social e a participação cívica das pessoas nas organizações e associações podem determinar o seu sucesso ou fracasso.

O capital social existente na região oeste de Santa Catarina viabilizou a criação de diversas associações comunitárias, municipais e regionais com regulação própria, onde a conduta das pessoas em torno da cultura e da religião criaram regras e sanções que visam o bem estar de seus membros. Às vésperas de completar um século de existência, as comunidades do oeste catarinense fortaleceram as práticas e relações sociais e recorrem ao associativismo na busca de melhores condições de vida, sem esperar que alguém o faça ou que o governo seja o agente principal do desenvolvimento regional. Os princípios do cooperativismo foram incorporados na matriz curricular de escolas para expandir a doutrina cooperativista e conseqüentemente auxiliar a gestão das pequenas propriedades rurais.

Durante as últimas décadas, diversas cooperativas da região se fundiram e formaram grandes cooperativas para acompanhar as dinâmicas e exigências do mercado globalizado. Houve a classificação dos produtores rurais com foco na produtividade para a obtenção de vantagens competitivas e econômicas. Esse contexto fez com que muitos pequenos produtores que não conseguiram acompanhar as exigências e as evoluções impostas pela globalização se organizassem e criassem cooperativas de pequenos produtores rurais com o auxílio dos governos municipais e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

Esse cenário fez com que muitos municípios da região oeste inseridos nas áreas de atuação das grandes cooperativas possuam cooperativas menores formadas por agricultores do município. De acordo com a Organização das Cooperativas de Santa Catarina (2014), praticamente a metade das famílias catarinenses está associada em uma cooperativa. No entanto, muitas pequenas cooperativas não estão vinculadas à OCESC, o que significa que o número de famílias catarinense associadas nas cooperativas é maior.

Além das agroindústrias ligadas ao cooperativismo e à iniciativa privada, o setor industrial possui uma estrutura considerável na região oeste catarinense. Essa atividade econômica desenvolveu a logística de transportes que resultou na existência de inúmeras empresas transportadoras. Muitas empresas de transporte criaram cooperativas e usufruem os benefícios da doutrina.

As ações sociais visam o bem estar coletivo e reforçam o espírito comunitário e do associativismo. Devido ao enraizamento dos investimentos, o cooperativismo gera aprendizado local, empregos e retornos financeiros para os municípios, aumentando o fluxo no comércio local. A prosperidade das cooperativas reflete na prosperidade dos municípios e das regiões onde estão inseridas.

5.3.6 Redes de associações e participação política nas decisões

Este item apresenta o papel do capital social na formação de redes de associações que impulsionam o desenvolvimento da região oeste catarinense e as relações sociais que envolvem conhecimento e participação política nas decisões.

A organização das comunidades rurais no formato de espinha de peixe foi determinante para a participação das pessoas na vida de suas comunidades. Muitas associações de pessoas foram instituídas nas comunidades urbanas e rurais, onde os

relacionamentos com as comunidades vizinhas resultaram em capital social de ponte e permitiram a formação de redes de associações.

Na opinião de Lin (1999) o capital social é obtido por meio de recursos embutidos nas relações e redes sociais. As pessoas investem nas relações sociais para obter retornos esperados, pois as interações em redes geram benefícios ou lucros. A região oeste de Santa Catarina construiu um denso tecido social estruturado em redes de associações que envolvem todos os atores do território. A criação das redes de associações se inicia nas próprias comunidades rurais e se expande para outras escalas. Conforme as necessidades e os interesses das pessoas aumentam, as redes tomam proporções maiores, se expandindo para a escala municipal, regional e estadual. As redes se transformaram em especificidades territoriais e atuam como um recurso para a mobilização e obtenção de forças exógenas para auxiliar no desenvolvimento regional.

A partir da Constituição Federal de 1998 e da autonomia dos municípios, a organização social estruturada em redes teve grande participação na política e nas decisões que envolvem o cotidiano e o futuro da região oeste de Santa Catarina. A descentralização política realizada a partir da criação das Subsecretarias de Desenvolvimento Regional aproximou o governo e as comunidades, fazendo com que as pessoas se envolvessem com o bem público e participassem da construção do seu próprio futuro.

De acordo com os entrevistados, a descentralização gerou muitos benefícios às comunidades locais, sejam urbanas ou rurais. Muitas comunidades foram beneficiadas com recursos financeiros para a construção de praças esportivas e ginásios recreativos para a prática de atividades culturais e esportivas, bem como reuniões e eventos comunitários. Em contrapartida, as próprias comunidades passaram a usufruir desses benefícios, se organizar sob diversas formas e exercer seu civismo em debates junto aos órgãos municipais, regionais e estaduais. Cabe ressaltar que os recursos financeiros estaduais são remetidos às associações de pessoas ou entidade, o que fortalece a coesão social e a construção de redes de relacionamentos.

Diversas associações de pessoas criadas com objetivos comunitários voltados às atividades produtivas se organizaram em redes para mobilizar recursos ou agentes exógenos que possam melhorar seu bem estar. Exemplo disso é a criação da Associação dos Produtores de Suínos no extremo oeste catarinense, onde os produtores rurais se juntaram para conseguir melhores preços de seus produtos. Mobilizam agentes políticos e exercem pressão sobre as agroindústrias privadas que se instalaram na região e controlam o mercado. As Associações

Comerciais e Industriais dos municípios utilizam de recursos idênticos, se mobilizam em escalas regionais e estaduais para debater e buscar alternativas de desenvolvimento.

5.3.7 Síntese do papel do capital social no desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina

O capital social é o resultado da união entre as pessoas, famílias e comunidades da região oeste de Santa Catarina ao longo de sua história de quase um século de existência. As relações primárias entre vizinhos e pessoas da mesma comunidade serviram de suporte nos momentos de dificuldades. A manutenção da cultura e da fé religiosa refletiu na coesão social em torno da vida coletiva e no capital social comunitário. Esses elementos foram mantidos ao longo dos anos e persistem até hoje.

As especificidades próprias do território no que tange à conduta das pessoas fortemente ligadas à confiança interpessoal e a reciprocidade criaram normas e sanções morais próprias, bem como uma identidade regional que refletiu diretamente no desenvolvimento da região oeste catarinense. As pontes e relacionamentos com outras comunidades incrementaram novos métodos e técnicas de produção que foram transformadas em alto nível de produtividade das pequenas propriedades rurais. A atuação das instituições locais fortaleceu o sentimento de pertencimento e contribuiu para o desenvolvimento regional.

A confiança se tornou a moeda vigente na região, e, respaldada pelas regras do território, serviu de alicerce para a vida associativa e para a criação de diversas associações comunitárias e cooperativas. As cooperativas agropecuárias compreendem diversas atividades produtivas que são a base econômica da região oeste e parte significativa do Produto Interno Bruto estadual.

A participação cívica em associações, cooperativas e na política construiu um tecido social denso, estruturado em redes capazes de mobilizar forças exógenas para criar estratégias de desenvolvimento local. As especificidades do território foram transformadas em ativos que fomentaram o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

O envolvimento das pessoas com o bem público e os assuntos de seu interesse criaram uma dinâmica de interações entre os agentes, órgãos de apoio, instituições de ensino e governos capazes de formar um sistema de governança amplamente interligado aos setores da sociedade. A força dos nós das redes e o capital social da região sustentam essa governança que se traduz em ações proativas que independem da atuação do Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização da região oeste de Santa Catarina é a consequência de um projeto de desenvolvimento do Governo Brasileiro, que estabeleceu uma nova dinâmica produtiva com fins econômicos e comerciais. O governo se preocupou em selecionar os colonizadores de acordo com os seus interesses e formar populações com características étnicas que atendessem os seus anseios. Num primeiro momento, incentivou a imigração de colonos italianos e alemães para a formação de colônias europeias na serra gaúcha. Com o crescimento das famílias, a falta de terras devido às partilhas de heranças e o esgotamento dos solos dessas colônias, o Estado foi determinante para a migração dos descendentes europeus para a região oeste de Santa Catarina.

Na formação das colônias catarinenses, a ação do governo se limitou à permissão de seleção das pessoas para formar uma população homogênea em relação à etnia, a religião e às práticas produtivas voltadas à agricultura familiar. Concedeu para empresas particulares a missão de dividir as terras em glebas e vender aos colonos, a maioria oriunda da serra gaúcha. Desde o início da colonização, o Governo foi omissivo e abandonou as colônias formadas pelos descendentes de alemães, italianos e alguns poloneses. Essa atitude contribuiu para a coesão social, a criação de capital social e o estabelecimento de normas comuns amparadas pela cultura.

A ausência do Estado permitiu que os colonizadores implantassem um estilo de vida e práticas sociais idênticas às aquelas praticadas nas colônias gaúchas, com fortes vínculos aos costumes, hábitos e crenças ligadas à cultura e a etnia. O isolamento fomentou as relações baseadas na confiança interpessoal, na reciprocidade e na vida comunitária com espírito coletivo. O sentimento de dependência e a necessidade de associativismo fortaleceram a cooperação e a criação de capital social comunitário.

Quando o Estado deu atenção e construiu algumas estradas, possibilitou que as pessoas das colônias mantivessem relacionamentos com outras comunidades e criassem capital social de ponte, o que favoreceu o desenvolvimento da região oeste catarinense.

Somente no final da última década do século XX, o Estado deu a atenção devida à região oeste de Santa Catarina e contribuiu diretamente na criação e fortalecimento de capital social. A partir da autonomia dos municípios e da descentralização política, o governo se aproximou das comunidades por meio de interações com as associações de pessoas, fomentou as redes de relacionamentos e a preservação da cultura, o que permitiu a criação de capital social institucional.

Se por um lado o Estado se ausentou no início da colonização da região, por outro lado a igreja esteve presente em todos os momentos e teve ampla liberdade para organizar as colônias de acordo com os seus interesses. A formação de colônias homogêneas em relação à etnia e a fé religiosa foi fundamental para a preservação do estilo de vida e a criação de normas comuns e sanções para conduzir as pessoas no que tange às suas condutas morais. As atitudes e ações das pessoas giravam em torno da família, da igreja e da vida comunitária, reforçadas por um sistema escolar interligado com a igreja que abarcava todos os filhos dos colonizadores. Ainda hoje, a igreja exerce papel de destaque na conduta das pessoas e no fortalecimento do capital social.

A organização social em formato de espinha de peixe realizada pela igreja foi essencial para participação das pessoas nas comunidades e na gestão dos recursos do território. A divisão das terras em pequenas propriedades rurais propiciou relacionamentos primários, forte sentimento de confiança interpessoal e cooperação entre as pessoas. Esses elementos contribuem para a criação e fortalecimento de capital social comunitário. Os Congressos Católicos realizados até 1940 possibilitaram que os colonizadores mantivessem contato com outras colônias e criassem capital social de ponte e institucional.

A separação étnica e religiosa contribuiu para a manutenção da cultura, haja vista que os casamentos mistos formados por pessoas de religiões e etnias diferentes resultam na perda das línguas alemã e italiana, dispersão social e conseqüentemente do capital social. Mesmo que as colônias não tenham sido mantidas homogêneas após quase um século desde a sua criação, os descendentes dos colonizadores europeus preservam a lembrança de seus antepassados, a língua dos países de origem e a cultura. Na região oeste de Santa Catarina, emana um sentimento de pertencimento ao território e uma identidade cultural fundida do gauchismo com as culturas europeias.

Em relação à preservação da cultura e do idioma europeu, percebe-se que os descendentes de colonizadores alemães preservam mais as tradições em relação aos descendentes de italianos. Os filhos aprendem antes o idioma alemão e depois, na escola, o idioma português. Além de falar o idioma alemão, os descendentes dominam a escrita,

enquanto os descendentes de italianos dominam apenas a fala. Isso se explica pelo fato das escolas terem mantidas em seu currículo escolar o ensino do idioma alemão após a segunda guerra mundial, diferentemente dos descendentes italianos em que o idioma foi transmitido pela família e no convívio social comunitário.

Nesse aspecto, os intercâmbios entre os filhos das famílias alemãs com a Alemanha são fundamentais, uma vez que os descendentes mantêm contato direto com o país de origem, mantendo vivo o sentimento patriótico germânico. Essa relação fortalece a cultura e lembrança de seus antepassados, bem como introduz novos conhecimentos e técnicas produtivas nas propriedades rurais catarinenses.

Contudo, é difícil fazer um prognóstico futuro em relação ao capital social da região oeste catarinense. As pessoas mantêm contatos ou relacionamentos com pessoas de outras comunidades com muito mais frequência que em outras épocas, principalmente os jovens, por meio da internet e suas redes sociais. Se por um lado favorece o capital social de ponte, por outro lado pode enfraquecer a coesão social e a vida comunitária.

A igreja foi o elemento central na formação do capital social da região oeste de Santa Catarina. Incentivou a união das pessoas e a criação de associações comunitárias para fortalecer as comunidades. Sua contribuição se estendeu às atividades produtivas e econômicas, que alavancaram o desenvolvimento regional. Contribuiu para a adoção de novas práticas e métodos produtivos e a formação de cooperativas agropecuárias e de créditos. A participação cívica das pessoas fortaleceu o capital social.

A diversidade produtiva fez do agronegócio um dos pilares da economia regional e do PIB catarinense. A agricultura familiar e as pequenas propriedades rurais se tornaram altamente competitivas e alavancaram o desenvolvimento regional. O capital social existente na região oeste catarinense é a base do cooperativismo, e está disseminado entre os pequenos produtores rurais. As interações em redes formam um denso tecido social capaz de mobilizar recursos exógenos para a construção do desenvolvimento da região.

O capital social é o alicerce das festas e ações comunitárias realizadas para a obtenção de objetivos comuns que visam à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Esses eventos preservam a cultura, reforçam o sentimento de pertencimento e a identidade com o território, que se transforma em especificidades locais e refletem nas atividades produtivas e no desenvolvimento regional.

Nessa pesquisa foram abordados os aspectos positivos do capital social e sua contribuição para o atual estágio de desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina. Cabe destacar que o capital social nem sempre contempla benefícios à sociedade, haja vista que o

mesmo está presente em muitos meios sociais com distintas finalidades. Exemplo disso é o uso do capital social pela classe dominante para deter os meios produtivos, de comunicação, de recursos, entre outros, para exercer uma situação de controle social e o acúmulo de riquezas. Ou então, pelo crime organizado e atividades afins, que possuem suas normas comuns de confiança e reciprocidade, além da coordenação própria.

A partir dos resultados obtidos neste trabalho, pode-se concluir que, tanto o Estado como a igreja contribuiu para a existência do capital social da região oeste de Santa Catarina. A pesquisa focou basicamente a área rural, porém a região oeste catarinense é formada por pequenos municípios onde é difícil visualizar os limites das áreas urbanas e rurais, devido à proximidade relacional e as interações existentes entre as pessoas da mesma etnia ou religião. Nas áreas urbanas, a vida comunitária também se baseia nas relações entre as pessoas e na participação cívica em associações, com grande influência da igreja.

Os resultados obtidos nesse trabalho servem como uma amostra da existência de capital social e o seu papel no desenvolvimento da região oeste. Para trabalhos futuros, pode-se expandir a pesquisa para as demais regiões de Santa Catarina, comparar o capital social existente e o seu papel no desenvolvimento das regiões. Essa evidência de capital social pode ser útil para a elaboração e implementação de políticas públicas específicas para cada região, respeitando as diferenças regionais e as especificidades de cada território. Por último, o mesmo estudo pode ser realizado nas regiões do Rio Grande do Sul colonizadas por descendentes europeus, comparando a evolução desses dois territórios que possuem a mesma base populacional.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Vicente Fidelis de. Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Algumas hipóteses sobre as causas de diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BAVARESCO, Paulo Ricardo; FRANZEN, Douglas Orestes; FRANZEN, Tiones Edier. Políticas de colonização do extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 3, n. 5 jul./dez, p. 86-104, 2013.

BECKER, Dinizar. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado? In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BEZZI, Meri Lourdes; ROSSO, Beatriz Deprá; VOIGT, Elizandra. A contribuição da cultura alemã e italiana para o espaço rural de Santa Maria/RS/Brasil. **Anais... XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**. Uberlândia, MG, 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1068_1.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

BIANCHEZZI, Clarice. Imigrantes de origem alemã e a presença da igreja católica em Santa Catarina. **Anais... XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão**. ANPUH/SP USP: São Paulo, 2008.

BRAND, A. Educação indígena o desafio da interculturalidade e da equidade. **Revista Série Estudos**, Campo Grande, UCDB, 2001.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília, IICA, 2006. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-5-Agricultura-familiar-agroecologica-e-desenvol-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2014.

BUBLITZ, Juliana. Desmatamento civilizador: a história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul. **Anais... III Encontro da ANPPAS**, 23 a 26 de maio de 2006. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.PDF>. Acesso em: 5 ago. 2014.

CASTILHOS, D. S. B de. **Capital social e políticas públicas**: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of sociology**, v. 94, p. 95-120, 1990.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Capital social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahad, 2010.

DURSTON, Jons. **El capital social campesino en la gestion del desarrollo rural**: díadas, equipos, puentes y escaleras. Díadas, equipo, puentes y escaleras. Comisión Económica para America Latina y Caribe (CEPAL): Santiago de Chile, 2002.

EIDT, Paulino. Projeto Porto Novo: utopia ou etnocentrismo? **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n.25, p. 184-211, ago., 2011.

FAURÉ, Yves-A.; HASENCLEVER, Lia. (Org.) **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil**: diversidades das abordagens e das experiências. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

FIESC. Federação das Indústrias de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados**. Unidade de política econômica e industrial. Florianópolis: FIESC, 2013. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/produtos/show/id/46>. Acesso em: 5 out. 2014.

FISCHER, Augusto *et al.* Produção e produtividade de leite no Oeste Catarinense. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Unoesc**, v.10, n.2, p.337 – 362, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/viewFile/1681/pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

FURLANETTO, Egídio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16. supl., p. 55-67, ago., 2008.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais... X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, USP, p. 6774-6792, 2005.

JUNGBLUT, R. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica & Editora, 2000.

KOELLN, A. **Porto Feliz**: a história de uma colonização às margens do rio Uruguai. Mondai: Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIN, N. Building a Network Theory of Capital Social. **Connections**, v. 22, n. 1, p. 29-51, 1999.

LINS, Hoyêdo Nunes. Desenvolvimento local em Santa Catarina: um breve perfil da pesquisa. In FAURÉ, Yves-A.; HASENCLEVER, Lia. (Org.). **Caleidoscópio do desenvolvimento Local no Brasil**: diversidades das abordagens e das experiências. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 3.ed. Campo Grande: UCDB, 2008.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 4 ed. rev. e atual. Campo Grande, MS: UCDB, 2014.

MARSIGLIA, Javier. Desenvolvimento e Gestão Local: Temas e Atores em um Cenário de Mudanças. In: BAVA, Silvio Caccia (Org). **Desenvolvimento Local**, São Paulo: Pólis, nº 25, 1996, p. 63/74.

MONASTEIRO, Leandro Monteiro. Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 9, n.1, p.1-21, jan./abr., 2008.

OCESC. Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. **Cooperativas catarinenses crescerão 15% nesse ano**. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br/noticias_e_eventos/noticias_eventos.php?id=9548>. Acesso em: 5 out. 2014.

ONGHERO, André Luiz. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. **Anais... XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal - RN – 22 a 26 de julho, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364480403_ARQ_UIVO_AndreLuizOngheroartigoANPUH2013.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PAIM, Elison Antônio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, Jan./jun., 2006.

PELLANDA, Ernesto. Colonização do Rio Grande do Sul. **Álbum comemorativo da colonização italiana no RS**, p. 34-64, 2014. Disponível em: <http://buratto.org/gens/gn_colon_rgs.html>. Acesso em: 5 ago. 2014.

PEREIRA, Carlos José. **O desenvolvimento econômico do oeste catarinense**. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) - Universidade Católica de Santos. Santos-SP.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar**: o caso do município de Iporã do Oeste, Santa Catarina. 2003. p. 158. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, E. P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003.

REIS, Rogério da Costa dos. Espaço, território e territorialidade: aspectos conceituais fundamentais. **Revista Castelo Branco Científica**, ano 1, nº 1, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://castelobrancocientifica.com.br/img.content/artigos/artigo37.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli *et al.* Sistema de gestão em cooperativas: o caso da cooperativa agropecuária Julio de Castilhos. **Anais... VII SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/351_Artigo_Seget_Gestao.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2014.

SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Futura, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Micheli. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-3.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

SCHMIDT, João Pedro. Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SCHUH, Marcos Baptista. **Histórias da colonização de Palmitos**. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortes, 2007.

SILVA, G. G. da. **Cooperação entre atores da agricultura familiar**: o caso da cooperativa COOPGRANDE no município de Campo Grande, MS. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

SILVA, Thiago Luiz. Imigração e Migração: a colonização italiana no sul e oeste de Santa Catarina. Criciúma: UNESC, 2010. Disponível em: Acesso em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/740>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. **Anais... IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Madri, España, p. 2-5, nov., 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Topolifia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VILPOUX, F. Olivie; OLIVEIRA, Euler José de. Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 14, v. 1, p. 85-111, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n1/a05v14n1>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011.

WOLOSZYN, Noeli. Em busca da terra: Colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense. **Anais...** IV Congresso Internacional de Educação. Concórdia/SC: Universidade do Contestado, 2007. CD-ROM.